

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**GISÉLI FERREIRA ALVES**

**SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DE PALMAS - TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS  
2016**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**GISÉLI FERREIRA ALVES**

**SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

**A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DE PALMAS - TO**

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins,- Campus Universitário de Miracema do Tocantins – TO para obtenção do título em Bacharelado de Serviço Social, sob orientação da professora mestre Débora de Paula Bolzan.

**MIRACEMA DO TOCANTINS  
2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A474s    Alves, Giséli Ferreira .  
      Serviço Social e Política de Assistência Social: A materialização  
      do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria do Trabalho e  
      da Assistência Social de Palmas - TO . / Giséli Ferreira Alves. –  
      Miracema, TO, 2016.  
      98 f.

      Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
      Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2016.  
      Orientador: Débora de Paula Bolzan

      1. Projeto Ético-Político do Serviço Social. 2. Política de  
      Assistência Social. 3. Secretaria do Trabalho e da Assistência Social  
      (SETAS). 4. Serviço Social . I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

GISÉLI FERREIRA ALVES

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DE PALMAS – TO

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins,- Campus Universitário de Miracema-TO para obtenção do título em Bacharelado de Serviço Social, sob orientação da professora mestre Débora de Paula Bolzan.

Data de Apresentação: 12/07/2016.  
Banca Examinadora:

Profª. Orientadora:

Mestre Débora de Paula Bolzan [assinatura]  
Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Profª. Avaliadora:

Doutora Célia Maria Grandini Albiero [assinatura]  
Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Assistente Social Gislene Ferreira da Silva Araújo [assinatura]

Mestranda e Especialista em Gestão e Planejamento em Serviço Social

Miracema do Tocantins –TO, aos 12 dias do mês de julho de 2016.

[assinatura]  
Professora Coordenadora

Dedico este trabalho aos meus pais, Luzimar Ferreira Lima Alves e Antonio Ribeiro Alves, os meus maiores motivadores para ter chegado até onde cheguei, sem vocês não poderia está realizando mais esta etapa em minha vida.

Deixo aqui registrado o imenso amor que tenho por vocês, pois foi a quem procurei sempre me espelhar, agradeço pela educação que me deram, apesar de todas as dificuldades. Se hoje sou quem sou, é graças a você mãe e a você pai.

Sei que o que puderam fazer por mim e para mim, vocês fizeram, e eu sou muito grata por tudo isso.

Essa conquista devo a vocês, e agradeço por fazerem parte dela do inicio ao fim, por sempre acreditarem na minha vontade de estudar, me incentivar e me fazer dar valor aos estudos desde pequena, se me tornei uma mulher esforçada, estudiosa, foi graças aos seus ensinamentos. Agradeço imensamente por ter me tornando essa pessoa que sou hoje, isso devo a vocês.

Obrigada por tudo... Te amo mãe, te amo pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por estar sempre presente em minha vida, e por não me deixar nunca desistir dessa longa caminhada que foi a minha graduação. Por me dar forças para seguir sempre adiante, pois essa caminhada só quem passa sabe o quanto é difícil, me sinto vitoriosa por que apesar de todas as dificuldades consegui chegar ao fim de mais essa etapa em minha vida. A felicidade toma conta de mim neste momento único em minha vida, Obrigada Deus!

Em segundo lugar quero agradecer de forma especial a minha querida mãe Luzimar por cuidar de mim. Por entender as diversas vezes que tive que me ausentar e não ajudar nos afazeres de casa. Pelo carinho, atenção e todas as palavras de otimismo que sempre me fizeram seguir em frente. Obrigada querida mamãe por ser essa pessoa maravilhosa para todos nós seus filhos. Te amo eternamente!

Agradeço de forma grandiosa o meu querido pai Antonio, pessoa que admiro bastante, homem guerreiro que com muita luta e garra criou honestamente seus cinco filhos, nos mostrando sempre o que é certo e o que é errado. Obrigada querido papai. Eu te amo eternamente!

Não poderia deixar de agradecer os meus quatro irmãos Samuel, Felismar, Eudismá e Rones. Obrigada por sempre acreditarem em mim, por me ajudarem financeiramente, e com todas as palavras de otimismo. Eu não poderia ter irmãos melhores, vocês são os melhores irmãos do mundo. Eu os amo eternamente!

Quero aqui deixar registrado o meu agradecimento para todos os meus demais familiares de uma forma geral, primos e primas, cunhadas, tias, tios, avôs, que contribuíram de forma direta e indireta para essa grande conquista. Em especial aos meus lindos sobrinhos Faila Thiais, Marcos Vinícius, Luis Fernando e ao mais novo sobrinho que está por vir Davi Luis.

Gostaria de agradecer a todos os profissionais da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, local onde realizei parte do meu estágio, em especial as assistentes sociais Maria Amélia, Nagela, Rosinalva, Gildeth, e todas as outras profissionais que contribuíram com meu aprendizado e com a minha pesquisa. Agradeço também a todos os profissionais da Secretaria Estadual de Habitação de

Palmas-TO, local onde realizei meu ultimo estágio, em especial para Albene, Joelma e Val, todas vocês que somaram bastante nessa minha trajetória. Obrigada!

Os meus agradecimentos a todos os companheiros da graduação, aqueles da minha turma de origem, em especial a Aline Nicacio que sempre esteve ao meu lado me dando seus sábios conselhos, ao Marcos Xerente que me fez companhia diversas vezes com conversas boas e engraçadas, e me ajudou bastante com as xerox, enfim a todos os companheiros da turma 2011.2. Agradeço também aqueles da universidade em geral que fizeram parte dessa conquista, a Dany minha grande amiga e irmã das antigas, ao meu amigo Maurício que contribuiu bastante comigo nessa trajetória, Ariolene, Leidiane e Lucileide, minhas companheiras de monitoria. Agradeço de forma especial a Maristela que através das aulas de estatística em Palmas se tornou uma pessoa mais próxima de mim, eu, você e Edmara temos muitas histórias boas para contar. Enfim todos os companheiros de UFT, meu muito obrigada!

Agradeço a Iranete que se tornou uma grande amiga desde o dia da prova do vestibular, eu não a deixei mais em paz, hoje você não mora mais perto de mim, mas a amizade continua a mesma, obrigada amiga pelos seus conselhos e pela a amizade sincera. Agradeço a minha grande amiga Edmara que antes era apenas uma colega de turma, hoje nos tornamos grandes amigas, amizade verdadeira e eterna, vou levar sempre comigo, agradeço por sempre estar ao meu lado me ouvindo e compartilhando os momentos bons e ruins, cada momento que passamos juntas foram de grande importância para minha vida pessoal e profissional, as nossas viagens juntas foram inesquecíveis, enfim obrigada amiga por tudo!

Agradeço também aos amigos: Thaysa, Carmina, Alessandra, Nil, Neilson, Simaria, Ruth, Will, Paulinho, Edy, Jack, Raquelzinha e Rosí vocês são muito especiais!

Agradeço todos os docentes da Universidade Federal do Tocantins. Em especial a minha orientadora Msc. Débora de Paula Bolzan, que contribuiu imensamente para a construção desse trabalho! À minha queridíssima professora Célia Maria Grandini Albiero que me acolheu como sua monitora durante vários anos da graduação, tenho um carinho muito especial pela senhora e a admiro muito. Com você eu aprendi muito, e vou levar seus ensinamentos sempre comigo.

Enfim, meu muito obrigada a todos vocês!!!

“O Código de Ética nos inda um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicadores abstratos, descolados do processo social.”

(Marilda Vilela lamamoto).



ALVES, Giséli Ferreira. **Serviço Social e Política de Assistência Social: A materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social de Palmas.** 98f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

## RESUMO

Esta pesquisa é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso realizado junto à Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS) de Palmas-TO, com o objetivo principal de conhecer como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa na atuação profissional do assistente social na referida Secretaria no primeiro semestre de 2016. Nos objetivos específicos, buscou-se verificar como a atuação profissional do assistente social na SETAS se caracteriza em relação as três dimensões (PAULO NETTO, 1999) que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social; compreender como os aspectos éticos políticos deste Projeto são percebidos pelos profissionais da SETAS e conhecer qual a importância atribuída ao Projeto Profissional na Secretaria. Para a realização da pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e a entrevista semi-estruturada com assistentes sociais, sendo o principal procedimento para colher os dados. Com a pesquisa explorou-se os aspectos do Projeto Ético-Político do Serviço Social na SETAS e percebeu-se que o mesmo é materializado na prática profissional dos protagonistas sujeitos da Secretaria, através do engajamento, capacitação permanente, conhecimentos profissionais sólidos e críticos e defesa do Projeto Profissional nessa Secretaria. Além do mais, as três dimensões do Projeto Profissional puderam ser constatadas como dimensões intrínsecas do fazer profissional, verificando que há comprometimento das entrevistadas com os valores e princípios desse Projeto. No entanto, há limitações institucionais e estruturais na referida Secretaria, tais como a interferência política sobre o fazer profissional; a rotatividade de cargos comissionados e de confiança; os modestos salários do trabalho como assistente social; problemas de estrutura física e material.

**Palavras-chaves:** Projeto Ético-Político do Serviço Social, Política de Assistência Social, Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS).

ALVES, Giséli Ferreira. **Social Services and Social Assistance Policy: The materialization of the Political Ethics of Social Work Project in the Department of Labour and Social Welfare Palmas**. 98f. Monograph (Undergraduate Social Work) -University Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

### **ABSTRACT**

This research is the result of Course Completion Work carried out by the Secretariat of Labour and Social Welfare (SETAS) of Palmas-TO, with the main objective to know as the Political Ethics Project Social Service materializes in professional practice of social worker at the Registry in the first half of 2016. In the specific goals, we tried to see how the professional activities of the social worker in SETAS is characterized in relation to the three dimensions (PULO NETTO, 1999) which make up the Ethical-Political Project Social Work; understand how political ethical aspects of this project are perceived by professionals SETAS and know what is the importance attributed to the Professional Project Secretariat. For the research we used the qualitative approach and semi-structured interviews with social workers was the main procedure to collect the data. Through research it is explored aspects of the Ethical-Political Project of Social Work in the SETAS and realized that it is embodied in professional practice in the Secretariat, through engagement, ongoing training, solid professional knowledge and critical and defense of Professional Project this Secretariat. Moreover, the three dimensions of Professional Project could be identified as intrinsic dimensions of the professional do, checking that there is commitment of respondents to the values and principles of this project. However, there are institutional and structural limitations at the Registry, such as political interference do professional; turnover commissioned positions and reliable; the modest wages of labor as a social worker; problems of physical and material structure.

**Keywords:** Ethical-Political Project of Social Work, Social Welfare Policy, Ministry of Labor and Social Welfare (SETAS).

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
AI-5- Ato Institucional Nº 5  
BH- Belo Horizonte  
CA- Centro Acadêmico  
CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CBCISS- Centro Brasileiro de Cooperação de Intercâmbio de Serviços Sociais  
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social  
CF- Constituição Federal  
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social  
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho  
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social  
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social  
CRESS/TO- Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins  
DA- Diretório Acadêmico  
ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social  
GAS- Grupo de Ação Social  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LA- Liberdade Assistida  
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família  
PMTO- Polícia Militar do Tocantins  
PNAS- Política Nacional de Assistência Social  
PSC- Prestação de Serviços à Comunidade  
SETAS- Secretaria do Trabalho e da Assistência Social  
SUAS- Sistema Único de Assistência Social  
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso  
UFT- Universidade Federal do Tocantins  
UNITINS- Universidade do Tocantins

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I .....	66
QUADRO II .....	67

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO .....</b>	<b>25</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL .....	25
2.2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO .....	38
<b>3 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA POLÍTICA SOCIAL E DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>45</b>
3.1 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL .....	45
<b>4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS – TO .....</b>	<b>64</b>
4.1 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TOCANTINS.....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma discussão sobre a Política de Assistência Social no município de Palmas-TO, com enfoque na materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS) de Palmas.

Em consequência das diversas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais na atual sociedade capitalista, houve o surgimento das novas formas de organização do estado, da sociedade e do trabalho, assim como, também novas formas e transformações do pensamento e das relações sociais. (ANTUNES, 2001). Em decorrência disso, o profissional Assistente Social, se insere no estado, empresas privadas e na sociedade civil organizada, em meio às desigualdades produzidas no interior desta sociabilidade capitalista. Assim, o Serviço Social como especialização do trabalho e o Assistente Social enquanto profissional, se inserem na luta pela efetivação dos direitos sociais, em defesa dos interesses da classe trabalhadora e de uma nova ordem societária, buscando a equidade e a justiça social, como dispõe o Código de Ética do/da Assistente Social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 2012).

O interesse pela referida temática se deu pelo fato da instituição SETAS ter sido o local de realização dos estágios I, II e III da pesquisadora, onde essa vivência de um ano e meio, proporcionou novos conhecimentos e experiências em relação à atuação profissional do assistente social na gestão de uma política pública, assim como despertou o interesse em estudar e pesquisar mais sobre a política de assistência social na Secretaria, principalmente conhecer como os/as profissionais compreendem e materializam o Projeto Ético Político do Serviço Social nessa instituição.

Durante a vivência no estágio não pode-se perceber como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializava na instituição, por isso o interesse em pesquisar sobre a materialização do projeto profissional na secretaria, objetivando-se conhecer como essa materialização é feita através da concepção das profissionais entrevistadas.

Ao ser pensado o principal objetivo a ser pesquisado da referida pesquisa levantou-se a hipótese de que na SETAS não fosse possível a materialização do

Projeto Ético Político, devido as condições do local de trabalho, e algumas limitações.

A amostra constituída para a realização de entrevistas foi intencional, não-probabilística e aleatória, constituída de assistentes sociais atuantes na SETAS, composta de profissionais com idades variadas, tipos de vínculo/contratos de trabalho diferenciados, e características sociodemográficas diversas. Não sendo utilizado nenhum critério de seleção como idade, ano de formação, tipo de cargo, etc.

Segundo Vergara (1998), constitui-se de população, o número de habitantes de um local que possuem as características relevantes para determinado estudo, já a população amostral é parte dessa população que foi escolhida por algum critério de representatividade. Na referida pesquisa utilizou-se uma amostra não probabilística, ou seja, a amostra não foi selecionada conforme o quantitativo de profissionais registradas no CRESS e sim aquelas selecionadas por acessibilidade na SETAS, pois a acessibilidade, “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles” (VERGARA, 1998, p.49) ou tipicidade, “constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população”. (VERGARA, 1998, p. 49).

As assistentes sociais foram entrevistadas observando o critério de “saturação teórica”, ou seja, as entrevistas foram realizadas até perceber que houve saturação das categorias, quando as entrevistas não apresentaram dados adicionais de maior relevância. Desse modo, a amostragem foi constituída gradativamente, sendo realizadas seis entrevistas no mês de maio de 2016. A pesquisadora observou que as perguntas haviam sido respondidas de forma satisfatória após as seis entrevistas, por isso, resolvendo encerrar a coleta de dados após a sexta profissional entrevistada.

O processo de agendamento das entrevistas foi feito através de uma visita da pesquisadora ao local da pesquisa quatro dias antes do dia de realização das mesmas. Foi agendado com uma profissional a primeira entrevista para o dia 13 de maio de 2016, no período matutino. O contato com uma segunda profissional realizou-se via telefone, e as demais foram indicadas pelas profissionais que já haviam feito parte da pesquisa. No mesmo dia a pesquisadora conversou com essas profissionais indicadas e elas aceitaram participar da pesquisa.

Durante pesquisas na biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus de Miracema-TO, em sites de publicações científicas, e não foram encontrados trabalhos sobre a materialização do projeto Ético-Político do Serviço Social na SETAS. Sendo assim, este trabalho pode contribuir para a produção de conhecimentos sobre a referida temática e acrescentar novos pontos de vista à temática proposta, além do que, nenhum outro acadêmico ou profissional pesquisou sobre o Projeto Profissional na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social de Palmas-TO, constituindo-se de uma contribuição relevante para essa discussão.

Com a Constituição Federal (CF) de 1988, a sociedade brasileira conquistou muitos direitos sociais, como os que se destacam o artigo 6º da CF/88, o qual diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010, p. 20). Sendo assim, o Estado deve disponibilizar bens e serviços para atendimento das necessidades da população, no que se refere aos interesses sociais. Todavia, nota-se que muitos desses direitos não estão sendo efetivados como deveriam ser. Esta pesquisa constitui-se a partir de uma discussão sobre um desses direitos sociais garantidos na Constituição: a Política de Assistência Social, que hoje evidencia grande importância na sociedade capitalista. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, em seu artigo primeiro,

A assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, caracteriza-se como uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que venham a garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 07).

Em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social, aprovou a Política Nacional de Assistência Social com novas diretrizes de regulamentação. E no ano de 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual trouxe um modelo de gestão descentralizada e participativa, articulando os esforços e recursos do governo federal, estadual e municipal, para a execução e funcionamento da Política Nacional de Assistência Social.

A Secretaria do Trabalho e da Assistência Social é um órgão público estadual, localizado na cidade de Palmas-TO, na Praça dos Girassóis, onde tem seu



prédio próprio. É o órgão estadual gestor das Políticas Públicas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva e do Trabalho, que tem como função no Estado do Tocantins viabilizar as condições para o fortalecimento das ações dos municípios e da sociedade civil organizada, no que se refere ao aprimoramento e ampliação dos serviços prestados à população (MACEDO; BARBOSA, 2013).

Atualmente a Política de Assistência Social no Tocantins é coordenada pela referida secretaria, que é constituída por cinco coordenadorias, sendo elas: Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, Coordenadoria de Proteção Social Básica, Coordenadoria de Proteção Social Especial, Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e Coordenadoria de Inclusão Produtiva. Tem unidade administrativa subordinada ao gabinete da secretária de assistência social. Patrícia Rodrigues do Amaral, atual secretária da SETAS é coronel da polícia militar do Tocantins (PMTO), bacharel em Direito e pós graduada em Gestão de Segurança Pública, pela polícia militar de Santa Catarina, também pós graduada em metodologia didática do ensino superior, pela Universidade do Tocantins (Unitins). A SETAS possui um total de 25 profissionais do Serviço Social atuando na Secretaria, sendo que, estes estão distribuídos também entre os demais anexos que a compõe.

O Serviço Social na SETAS atua com o subsidiário das esferas do poder público, na elaboração, idealização e execução de ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos usuários e das famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade social. Intervém na fiscalização das ações voltadas de amparo social, disponibilizados pelas instituições que compõem a administração pública, com base nos preceitos legais e normativas referentes à Assistência Social em todas as suas instâncias.

As atividades estão vinculadas tanto ao que se refere ao atendimento aos gestores municipais do Estado do Tocantins, quanto as Políticas Sociais desenvolvidas pela instituição. Os profissionais tem participação nas atividades da Secretaria que proporcionem conhecer a realidade da gestão da Política da Assistência Social nos municípios quanto: organização do SUAS, quantidade e qualidade dos serviços ofertados por meio dos serviços, programas e projetos e benefícios nos municípios. Além da participação em oficinas, capacitações e cursos, bem como o exercício do controle social em cada município.

O assistente social em sua atuação na SETAS, tem por objetivo consolidar a Política Pública de Assistência Social, de modo a efetivar a proteção social por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios de forma integrada às demais Políticas Públicas. Ao profissional cabe lutar pela garantia da defesa intransigente e efetivação da Política de Assistência Social de acordo com a legislação visando promover a inclusão social e a promoção da cidadania (MACEDO; BARBOSA, 2013).

Deste modo, o Serviço Social tem como objeto a questão social e suas múltiplas expressões, intervindo na fiscalização das ações voltadas aos usuários da política social. A profissão tem a função estratégica de viabilizar condições para o fortalecimento das ações dos municípios e da sociedade civil organizada, no que diz respeito ao aprimoramento e ampliação dos serviços prestados à população tocantinense.

Na gestão do Sistema Único de Assistência Social, cabe ao Estado e aos municípios a responsabilidade de participação e elaboração do orçamento, planejamento de ações, efetivação dos pactos para aprimoramento do SUAS; a construção de indicadores que irão definir níveis de gestão e levar ao alcance do cumprimento das metas; o acompanhamento e avaliação dessas metas de aprimoramento; a gestão financeira, bem como a prestação de contas dos recursos aplicados na assistência social (MACEDO; BARBOSA, 2013).

A Política de Assistência Social pode ser afirmada como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais. No Brasil, essa política

[...] apresentou nas duas últimas décadas uma trajetória de avanços que a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram. A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos (as) assistentes sociais. Não obstante, não pode ser confundida com o Serviço Social, pois confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho (CFESS, 2007, p.15).

A atuação do assistente social na Política de Assistência Social deve ser orientada e norteadada pela Lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8662/93 e também

pelo o Código de Ética Profissional. Sendo assim, o assistente social, ao atuar nessa área, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2007). Dessa forma, cabe ao profissional orientar-se da seguinte maneira:

Leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2007, p.26).

Cabe destacar algumas competências e atribuições dos/as assistentes sociais na política de assistência social, baseadas na Lei que regulamenta a profissão e que são de fundamental importância para a compreensão do contexto sócio- histórico, no qual o profissional intervém. Assim, espera-se do profissional de Serviço Social:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996) (CFESS, 2007, p.26).

É nessa perspectiva que se observa a importância do assistente social em atuar na garantia dos direitos sociais, e por tudo isso, tal investigação constitui-se de grande importância para a construção do conhecimento, para a formação profissional e aprimoramento intelectual da pesquisadora. Essa pesquisa pode ser de grande relevância para o Serviço Social, tanto para estudantes, como para os profissionais, especificamente para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, porque se trata de uma grande temática para o Serviço Social e de uma política que atualmente é a área de maior atuação do profissional assistente social.

O trabalho teve como objetivo principal conhecer como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa na SETAS. Constituindo-se dos seguintes objetivos específicos: verificar como a atuação profissional do assistente social na SETAS se caracteriza em relação as três dimensões que compõem o projeto Ético Político do Serviço Social; compreender como os aspectos éticos políticos do Projeto são percebidos pelos profissionais da SETAS e conhecer qual a importância atribuída ao Projeto Ético Político da Profissão na SETAS.

A pesquisa é de caráter qualitativo, no qual há a possibilidade de abarcar a especificidade dos objetivos da pesquisa e possibilita compreender a subjetividade do/a sujeito/a e os múltiplos aspectos da realidade. De acordo com Minayo (2010), o método qualitativo

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2010, p. 57).

Na pesquisa qualitativa considera-se as particularidades existentes entre sujeito e objeto, que não podem ser separados, ou seja, sujeito e objeto são indissociáveis. Na pesquisa qualitativa o pesquisador tem a possibilidade de observar e fazer uma análise aprofundada da realidade. Além do mais, a pesquisa no âmbito qualitativo tem por objetivo trabalhar o universo dos significados e um conjunto de fenômenos humanos que devem ser compreendidos em sua totalidade, em dada realidade social. Assim,

Ela trabalha com universos dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

Não obstante a pesquisa qualitativa é uma análise aprofundada da realidade onde se vai executar a pesquisa. O lócus da pesquisa então é um local que permite ao entrevistador vivenciar de perto a realidade de forma crítica e desvendar a aparência dos fatos, levado em consideração todos os aspectos, sejam

eles sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais. A pesquisa qualitativa considera que “são analisadas as palavras, as frases e temas que dão significação ao conjunto”, para relacioná-las “com o contexto sociocultural do produtor da mensagem: as intenções, as pressões, a conjuntura, a ideologia que condicionaram a produção da mensagem, em um esforço para articular o rigor objetivo, quantitativo, com a riqueza compreensiva, qualitativa” (CHIZZOTTI, 2008, p. 116). Utilizou-se a entrevista semiestruturada, que de acordo com Minayo (2010), é uma técnica de comunicação e coleta de dados, que:

É acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010, p. 261).

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas em maio de 2016, no período matutino e vespertino. Das seis profissionais entrevistadas, todas mulheres, cinco possuem pós graduação *lato senso* e são concursadas, uma profissional é graduada e uma possui o vínculo de cargo comissionado. As assistentes sociais foram indagadas sobre sua participação em seminários, eventos ou palestras que abordam temáticas da profissão; sobre a importância do Código de Ética, sobre a compreensão do Projeto Ético Político da Profissão na sua atuação. Também foram questionadas sobre a participação em conselhos, partidos políticos ou movimentos sociais, dentre outras perguntas que surgiram no momento da entrevista. De acordo com Minayo (2007, p. 64) a entrevista “possibilita combinações entre perguntas fechadas e abertas, onde a pessoa entrevistada encontrará meios de ponderar sobre o assunto em questão sem com isto se prender às indagações formuladas”.

Segundo Triviños (1987):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada é aquela que parte de perguntas básicas, que são de relevância para a pesquisa, entendendo que durante a entrevista há a possibilidade de se obter outras informações além daquelas contidas no roteiro de perguntas. Assim,

[...] a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

As entrevistas foram gravadas e transcritas e no ato da concessão das entrevistas, cada profissional assinou um termo de consentimento concordando em participar de forma voluntária da pesquisa, obedecendo assim, todos os procedimentos éticos da pesquisa, conforme consta nos apêndices do trabalho. As entrevistas foram analisadas e tabuladas, para obtenção dos resultados buscados. Para manter o sigilo os nomes das profissionais não foram divulgados, por isso utilizou-se letras.

Com abordagem da teoria social marxista, que a partir de então, ganha característica social, uma vez que é necessário entender os processos históricos, econômicos e, principalmente, sociais que se constituem na sociabilidade capitalista. Para Marx,

A teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso- cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto- de sua estrutura e dinâmica- tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (MARX, 1982, p. 15 apud PAULO NETTO, 2011, p. 21).

Assim, a pesquisa teve uma análise mais profunda da realidade na qual foi pesquisada, sendo levado em consideração os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Para Marx, é pela teoria, que o pesquisador reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto a ser pesquisado, e “esta reprodução será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. Detenhamo-nos um pouco neste ponto tão importante e complexo, começando pela própria noção de “ideal” (MARX, 1982 apud PAULO NETTO, 2011).

Segundo o Paulo Netto (2009, p. 08), em Marx “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e

interpretado no plano ideal (do pensamento)". A teoria é verificável na prática social e histórica, visto que objetiva extrair do objeto pesquisado as leis que o regem, leis entendidas como "tendência histórica determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências" (Idem, 2009, p. 09), ou seja, ela é válida para o tempo/espaço.

Paulo Netto (2009) sintetiza o método de Marx como o método que propicia conhecimentos teóricos, partindo da aparência até chegar na essência do objeto pesquisado, ou seja, o estudo capaz de obter a estrutura e dinâmica do objeto mediante procedimentos analíticos e sua síntese, através do método em Marx, "o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou" (PAULO NETTO, 2009, p. 08).

Considerando a reflexão de Mészáros (2002) afirma-se, que o método marxista, permite entender a realidade em sua totalidade, ou seja, entender a realidade como um amplo conjunto de relações, inseridas no contexto de uma realidade que está em constante movimento e transformação, realidade essa que perpassa e influi nas relações sociais da sociabilidade no modo de produção capitalista, em que o homem, ao transformar a natureza, realizando o trabalho, transforma a si mesmo na relação com os outros homens. Então,

O método em Marx é indissociável da teoria. É impossível analisar o método sem a referência teórica. E é nesta conexão que se apresentam, em Marx, três categorias "teóricometodológicas" que, de acordo com a obra resenhada, são nucleares no pensamento de Marx: totalidade, contradição e mediação. A primeira se deve a união dos complexos sociais que se estabelecem na sociedade, uma totalidade dinâmica que se articula à categoria da contradição, devido a constante transformação da sociedade. Por fim, a categoria da mediação, que indica as relações estabelecidas são mediadas pela estrutura da totalidade. Sendo assim, ao articular estas três categorias, Marx estabeleceu sua perspectiva teórico-metodológica (GARCIA, 2013, p. 132).

É importante compreender a diferenciação do método de pesquisa e do método de exposição, pois, somente com a conclusão da pesquisa, é que o investigador apresenta, expositivamente, os resultados a que chegou. Em relação a isso, Paulo Netto (2011, p. 27 apud GARCIA, 2013, p. 131) aponta que, para, "os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação". Dessa forma, "o objetivo da pesquisa marxiana é conhecer as categorias que

constituem a articulação interna da sociedade burguesa” (PAULO NETTO, 2011, p. 49 apud GARCIA 2013, p. 131).

Para Triviños (1987, p.151) o método auxilia na análise de determinada realidade social, sendo que o método dialético é “capaz de aprofundar a análise da realidade do fenômeno social, com todas as suas contradições, dinamismo e relações”. No entanto, tal método “não é fácil de manejar”, pois, além de exigir “capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só a nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência” (TRIVINOS, 1987, p. 151).

Esse trabalho divide-se da seguinte forma: no primeiro capítulo “Breve Histórico do Serviço Social No Brasil, o Movimento de Reconceituação e o Projeto Ético Político”, traçando um breve histórico do Serviço Social no Brasil, o Movimento de Reconceituação e o Projeto Ético Político. Durante o processo histórico de legitimação do Serviço Social, nascido no bojo da Igreja católica, a profissão passou por diversas mudanças, tendo como fator principal o desenvolvimento do capitalismo industrial, se reconfigurando com o Movimento de Reconceituação, sendo hoje, uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho.

No segundo capítulo intitulado: “Fundamentos sócio históricos da política social e da Política de Assistência Social no Brasil”, traçou-se os fundamentos das políticas sociais no Brasil, sobretudo a Política de Assistência Social, sua história e sua trajetória influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil. As políticas sociais fundamentam-se, não apenas pelo aprofundamento das expressões da questão social, mas também devido aos movimentos sociais se tornarem mais organizados e mais fortes politicamente.

O terceiro capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa, intitulado como: “A atuação profissional do assistente social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social de Palmas-TO”, com enfoque na materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social. Foi abordada a Política de Assistência Social, que atualmente se constitui como maior campo de trabalho do profissional assistente social, tendo como lócus privilegiado da pesquisa a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, localizada no município de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Com base nos objetivos traçados, buscou-se compreender como as/os assistentes sociais atuam na referida Secretaria, os desafios



profissionais e como compreendem e materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social em sua atuação.

Por fim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta as “Considerações Finais” do referido estudo e análise, assim como, em apêndices o roteiro de entrevista utilizado na entrevista junto os/as profissionais e o termo de consentimento livre e esclarecido.

## CAPITULO I

### 2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

#### 2.1 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Antes de abranger a história do Serviço Social no Brasil, cabe fazer um breve histórico do seu surgimento na América Latina. A primeira escola de Serviço Social foi fundada no Chile, com o nome de “Alejandro Del Río”, em 1925 (CASTRO, 2008). De acordo com Castro (2008), o Serviço Social latino-americano recebeu fortes influências externas, pois de 1925 a 1940, aproximadamente, foi afluente na Europa, e, somente a partir do ano 1940, passou a ter uma marca norte-americana.

De início, afirma-se que em 1925 nasceu o Serviço Social profissional na América Latina, quando se cria a primeira escola num país do continente, dando origem ao serviço social latino-americano, não só através de uma forte e decisiva influência externa, mas como mero reflexo, sucessivamente, do Serviço Social belga, francês e alemão e, depois, norte americano, sendo assim seu tributário nesses períodos distintos (CASTRO, 2008, p. 30).

Na América Latina o Serviço Social surge como uma subprofissão, ou seja, uma profissão subordinada à outra profissão. No Chile, era subordinada a medicina, sobretudo ao médico Alejandro Del Rio, para que junto com outras profissões viesse a estimular o desenvolvimento do Serviço Social.

É dentro de organização da Igreja que surgem as primeiras escolas de Serviço Social. A igreja católica possuía ampla influência e poder na sociedade, agindo na amenização da pobreza da classe trabalhadora por meio do assistencialismo e pregando contra o liberalismo<sup>1</sup> e o comunismo<sup>2</sup>. “O problema

---

<sup>1</sup> O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A ação corrente que serve para representar o primeiro é Estado de direito; a noção corrente para representar o segundo é Estado mínimo. Embora o liberalismo conceba o Estado tanto como Estado de direito quanto como Estado mínimo, pode ocorrer um Estado de direito que não seja mínimo (por exemplo, o Estado social contemporâneo) e pode-se também conceber um Estado mínimo que não seja um Estado de direito (tal como, com respeito à esfera econômica, o Leviatã hobbesiano, que é ao mesmo tempo absoluto no mais pleno sentido da palavra e liberal em economia). Enquanto o Estado de direito se compõe ao Estado absoluto entendido como *legibus solutus*, o Estado mínimo se contrapõe ao Estado máximo: deve-se, então, dizer que o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo

social no começo do século XX começa a ser assumido pelos católicos brasileiros, o que é feito pela ação da hierarquia e organização do laicato” (AGUIAR, 2011, p. 42). As primeiras escolas de Serviço Social surgem dos grupos que se organizaram para fazerem cursos de formação social e de semanas sociais, entre essas escolas estão as de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre. Assim:

O Serviço Social nasce ligado à atuação da Igreja católica, a serviço de sua ideologia. Além da ligação de sua prática, há sua ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo. Dada essa postura, teremos um tipo de formação marcadamente clara e definida (AGUIAR, 2011, p. 45).

O Serviço Social nascido no bojo da Igreja católica mantinha sua ideologia e influência na sociedade, através da caridade, filantropia, benemerência, sendo exercido pelas damas de caridade.

De acordo com Iamamoto (2007), o serviço social se insere e se desenvolve como profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como fator principal o desenvolvimento do capitalismo industrial, a expansão urbana e o crescimento das cidades, onde as pessoas passaram a se mudar para a área urbana em busca de trabalho e melhores condições de vida, assim foi crescendo a classe dos trabalhadores, também denominada de proletariado para Marx e Engels (1848). A classe proletária são os operários modernos, trabalhadores das fábricas, ou seja, são aqueles que vendem a sua força de trabalho para sobreviver. Esses operários são “mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado” (MARX, ENGELS, 1848, p. 18). A grande classe burguesa também foi se expandindo. Então:

É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emergem sobre novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões dos processos de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

---

em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente (BOBBIO, 2007, p. 17-18).

<sup>2</sup> O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros (MARX, ENGELS, 1848, p. 30).

É então nesse contexto que a classe trabalhadora passa a ser vista e reconhecida como classe, e o Estado passa a ter um papel importante nessa relação entre os trabalhadores e os grandes empresários. Tendo como objetivo intervir diretamente nas relações entre essas duas partes da sociedade, estabelecendo normas que vinham regulamentar o mercado de trabalho. Através das legislações específicas, o Estado direciona-se para a organização e prestação dos serviços sociais, que passariam a ser uma nova forma de enfrentamento da questão social.

Segundo Castro (2008), o desenvolvimento e o surgimento da profissão de Serviço Social, podem ser explicados a nível superestrutural, porque surge no desenvolver das forças produtivas, no modo de produção e nas relações entre classes. E tem seu surgimento e desenvolvimento através de influências externas à sociedade Latino-Americana, desde o imperialismo até o capitalismo.

Em 1925 no Chile, inaugura-se uma nova etapa dentro da profissão, e o Serviço Social passa a ser incorporado no aspecto das profissões de nível superior. Os anos vinte no Chile foram marcados por novas etapas históricas, embasadas na exploração da força de trabalho assalariada, no processo de industrialização. Em consequência disso os males derivados do modo de produção capitalista se alargaram, como a miséria, crescimento urbano desordenado, migrações de camponeses expulsos de suas terras, desenvolvendo a necessidade de agentes para atuar diante dessas demandas, entre eles consta os assistentes sociais. Para Castro,

A influência sobre o Serviço Social não é algo exclusivo dele, nem pode ser visualizada como apenas correspondente a uma interação só favorável aos europeus. Um amplo processo de relação estrutural e de subordinação nas distintas esferas da vida social é o substrato das múltiplas formas da influência europeia dos mais variados campos e setores de atividade (CASTRO, 2008, p. 39).

A influência europeia na configuração do Serviço Social latino-americano está ligada à subordinação estrutural no modo de produção capitalista e na exploração da força de trabalho, permitindo assim, a grande influência europeia no surgimento da profissão nos países latino-americanos (CASTRO, 2008).

Segundo Aguiar (2011), antes do Serviço Social se tornar profissão na Europa, já existia ação social, que era mais extensa do que o próprio Serviço Social, que passou a se constituir, nos seus primórdios, como parte dessa ação social. Portanto o Serviço Social nasce da Ação Social, que “é uma ação mais ampla do

Serviço Social, exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização” (AGUIAR, 2011, p. 460).

Nesse contexto, a profissão do assistente social, só pode ser entendida no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, de acordo com a particularidade de cada país latino-americano, assim:

O processo de imposição da lógica da acumulação capitalista é o eixo em torno do qual se articulam e organizam as funções do Estado e a luta das classes sociais para alcançar sua hegemonia e, naturalmente, entre o conjunto delas e a classe operária, que emerge como o contrário da implantação das relações assalariadas de exploração (CASTRO, 2008, p. 45).

O Estado tem a função de mediador entre a classe operária e os capitalistas, intermediando os interesses antagônicos entre a classe operária e a burguesia.

Para Aguiar (2011), o Serviço Social no Brasil, nas suas origens, era marcado pela presença da formação doutrinária e moral, que buscava a reconstrução da sociedade em bases cristãs. No fim do século XIX e início do século XX, os católicos, seguindo as orientações das encíclicas papais, começam a investir na ação social, que tinha como objetivo aumentar a influência cristã na sociedade brasileira. Com isso estariam combatendo o laicismo e o comunismo, pretendendo uma nova ordem na qual a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tivessem como base o evangelho.

Segundo Yamamoto (2007), as escolas de Serviço Social tinham seu corpo docente composto por diversos profissionais, dentre eles, religiosos, bacharéis, educadores e outros profissionais liberais, por exemplo, médicos, sanitaristas, etc. Todos estes tinham vínculos com o movimento católico. Dentre os vários autores que fizeram parte da história do Serviço Social no Brasil, a maioria deles, formou-se no Brasil, uma pequena parcela em outros países.

A implantação do Serviço Social, não é um processo isolado, está ligado principalmente aos processos de transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou, juntamente com as ações que as instituições, grupos e classes que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no bojo do bloco católico, que mantém o Serviço Social por um tempo nas bases das suas teorias e ideologia, o assistencialismo, benemerência e a caridade. Ele não só se origina no

interior da igreja católica, mas também se devolve nesse meio, a partir de quando a Igreja se mobiliza para recuperar seus interesses e privilégios, e reafirmar sua influência na sociedade.

No contexto da sociedade brasileira, a classe operária começa a se organizar e lutar para conquistar melhorias, exigindo melhores condições de trabalho. Sendo assim, o capital articulava mecanismos que viessem manipular e desarticular os trabalhadores, tendo o Serviço Social como um aliado para tais objetivos (CASTRO, 2008).

Outro aspecto relacionado à base social inicial do Serviço Social é a questão da profissão ser exercida na sua maioria por mulheres, perfil esse que se mantém até os dias atuais. Então, no processo de constituição da profissão, observa-se que:

[...] a forma de intervenção junto à população cliente guarda relação ao tipo de educação familiar e religiosa a que estão sujeitas essas moças da sociedade: o recalque dos elementos materiais em função dos valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização, etc. Esses elementos do autoritarismo e castração de sua educação se reproduzem no trato com a população, que passa a ser objeto de sua assistência: autoritarismo, infantilização, intransigência com os que consideram irracional ou moral no seu modo de vida (IAMAMOTO, 2007, p. 218).

A profissão se desenvolve nesse campo da reprodução das relações sociais, das ideias de preservação e ampliação do capitalismo. O trabalhador vai se organizando segundo suas necessidades por melhores condições no trabalho e de vida, por isso o fato dele ser subordinado não o impede de lutar por melhorias, já que sua força de trabalho é a única mercadoria que tem a oferecer para sobreviver. Assim, o Serviço Social no Brasil teve seu surgimento e profissionalização em articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais, bem como, pelos setores políticos, social e religioso, a partir da década de 30. Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), por setores da ação social e da ação católica, principalmente da ação social por querer dar maior proveito às iniciativas e as obras feitas pela filantropia das classes dominantes paulistas, com ajuda da Igreja católica. O centro de estudos tinha por objetivo formar seus membros a partir de estudos doutrinários da Igreja, para que fossem formados por essa doutrina e que tivessem conhecimento mais profundo dos problemas sociais (IAMAMOTO, 2007).

No Rio de Janeiro acontece a primeira semana da ação social na década de 1936, considerada como o principal fator de introdução do Serviço Social na então capital do país. O padre belga Valère Fallon, sociólogo e economista catedrático da Faculdade de Filosofia de Louvain foi o precursor do Serviço Social no Rio de Janeiro (IAMAMOTO, 2007). Posteriormente, em 1937 criou-se o Instituto de Educação Familiar e Social, que em sua composição estavam às escolas de Serviço Social e a educação familiar, pela iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS). Em 1938 surge a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juizado de Menores, e na década de 1940 é introduzido na Escola Federal de Enfermagem o Curso de Preparação em Trabalho Social.

Durante a década de 1940, foram criadas várias escolas de Serviço Social nas capitais brasileiras, quatorze delas mandaram representantes para o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, que aconteceu em 1947. Entretanto neste mesmo ano algumas dessas escolas ainda não se encontravam completamente desenvolvidas, pois somente a escola de Pernambuco tinha conseguido formar sua primeira turma, com apenas uma diplomada. (IAMAMOTO, 2007).

Até 1947 os estados brasileiros que possuíam maior quantidade de assistentes sociais formados eram os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com 40 profissionais formados, tanto pelas escolas católicas femininas quanto masculinas desses dois estados.

No decorrer da década de 1950 as turmas de Serviço Social começam a se generalizar e os assistentes sociais passaram a ser bastante requisitados nas instituições previdenciárias para atuar junto à população usuária. O Serviço Social se amplia consideravelmente na previdência, através da organização dos serviços assistenciais, prestando esclarecimentos e informações sobre os direitos previdenciários e sobre a legislação trabalhista. As instituições passaram a desenvolver e ampliar os serviços assistenciais: serviços de assistência médica, alimentar, conjuntos habitacionais, auxílios diversos e outros (IAMAMOTO, 2007).

Com o passar dos anos, o Serviço Social institucionaliza-se no Estado e em empresas privadas, sendo cobrado quanto à falta de recursos técnicos para atuar. Dessa forma, a profissão passa por uma reestruturação na sua forma de intervenção e organização da prática profissional, sendo impostos novos critérios para o desenvolvimento do Serviço Social “mediante a utilização de recursos

técnicos nos quais, supostamente, estava o remédio para os males sociais” (CASTRO, 2008, p. 46).

O assistente social passa a ser um agente contratado pelo Estado, que passa, paulatinamente a ser o maior empregador dessa profissão. “A ação isolada do Serviço Social é substituída por um trabalho coordenado e metódico, com o aparecimento de um agente coletivo que favorece a divisão técnica do trabalho e as especializações.” (IAMAMOTO, 2007, p. 322).

A partir dessa nova forma de organização do Serviço Social, surgem também e se disseminam as equipes multidisciplinares, principalmente no fim da década de 1950 na implantação das instituições assistenciais, que ocorreram em consequência do agravamento da questão social, principalmente devido às condições de saúde da população. Então os programas assistenciais destinados a população adquirem um caráter preventivo e educativo, expandindo o mercado de trabalho, os campos de atuação profissional e permitindo

[...] uma nova perspectiva para a afirmação de seu status profissional. Organizado em seções e departamentos que configuram um agente coletivo, e atuando a partir de grandes instituições cujo crescimento abre um mercado em expansão e proporciona um grande impulso ao ensino especializado em todo o país, o Serviço Social, enquanto teorização e prática, experimentará um grande desenvolvimento (IAMAMOTO, 2007, p. 323).

Em 1960 o Serviço Social começa um lento processo de reconceituação, questionando o caráter conservador e a persistência do perfil profissional caritativo e beneficente, iniciando um vagaroso processo de laicização, buscando fundamentos nas ciências sociais. No entanto, tal revisão não mudou as bases conservadoras da profissão, permanecendo uma atuação com um firme propósito de capacitar o homem para que ele assuma o seu papel na sociedade, construindo e contribuindo para seu avanço.

O processo de laicização demora a ser desvinculado do Serviço Social, pois a profissão foi fortemente influenciada pelo caráter religioso até as décadas de 1960 e 1970. Mesmo depois de ter sido incorporado às técnicas do Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade<sup>3</sup> com a influência do Serviço Social norte-

---

<sup>3</sup> As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social. O Serviço Social de Caso ou *Casework* orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir



americano, ainda permanecia muito forte o caráter religioso, devido as próprias escolas de formação de Serviço Social serem religiosas. No período de 1961 a 1964 no Brasil os profissionais se fundamentam no Serviço Social de comunidade, baseado no Serviço Social Norte Americano. A prática do assistente social voltava-se para a comunidade, uma vez que, anteriormente seu maior alvo era o indivíduo (Serviço Social de casos), assim o profissional passa a seguir novas técnicas em sua prática, como a reunião e nucleação de grupos. Os valores da profissão eram de caráter humanista e a formação profissional passa a buscar pelo avanço técnico na perspectiva da adaptação do indivíduo numa sociedade harmônica (SILVA E SILVA, 2011).

Depois da renúncia à presidência por Jânio Quadros, João Goulart assume a presidência do país, e tenta promover, através de uma política populista de maior radicalização, o nacionalismo desenvolvimentista, que era oposto ao processo de internacionalização da economia brasileira, assim dava abertura para as mobilizações e lutas pelas mudanças de base, no contexto de ampla luta política. Nessa época a questão social era enfrentada por medidas de expansão da educação, ampliação da previdência, expansão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo, com o Estatuto do Trabalhador Rural, combate a doenças endêmicas e programas habitacionais. Desde a posse de Goulart, diversos seguimentos militares se opunham ao seu governo, por isso esse processo político é marcado por essas posições divergentes. Isso tem repercussão sob o Serviço Social, que pode ser pensada a partir de duas vertentes gerais, a conservadora e a mudancista.

De um lado o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado, a partir do seguinte quadro de referência: o objeto de intervenção profissional se

---

mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente. O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos. A organização de comunidade, posteriormente chamada de Desenvolvimento de Comunidade, também apresenta características semelhantes à dos dois processos anteriormente descritos. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial. Foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, como a implementação de DC. (ANDRADE, 2008, p. 280-282-283-284).

configura pelas disfunções individuais e sociais; os objetivos se voltam para a integração social, não se verificando divergência entre os objetivos institucionais e os profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas, principalmente a psicanálise, e a correntes sociológicas, destacando-se o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais do Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo sistematizam (SILVA E SILVA, 2011, p. 47).

A posse de João Goulart à presidência não foi aceita pelos militares e nem pela classe dominante, culminando numa articulação política e militar que deu origem a ditadura militar brasileira, instalada no dia 1º de Abril de 1964, colocando o General Humberto Castelo Branco na presidência do país (SILVA E SILVA, 2011).

Nesse período se expressa uma marcante mudança social, com a forte presença da dominação militar, vigilância e opressão sobre aqueles que iam contra as normas da ditadura. O Serviço Social no Brasil reveste-se de uma tendência modernizadora, que procurou buscar avanços técnicos para a profissão. A esta tendência muitos autores dão o nome de Reconceituação do Serviço Social no Brasil (PAULO NETTO, 1999).

Nessa perspectiva, a formação profissional do assistente social, de acordo com Silva e Silva (2007), passa a buscar pela eficiência e modernização da profissão, e o planejamento, a coordenação e a administração passam a ter um papel fundamental, junto com o fato de o profissional ter que se capacitar para atender as demandas, passando a atuar com profissionais de outras áreas de formação.

Em 1968 a conjuntura brasileira passou por diversos acontecimentos, com a definição das bases do Estado de Segurança Nacional, as novas formas de controle e a reforma constitucional com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), instituindo plenos poderes aos militares.

O Serviço Social no Brasil foi bastante marcado por esses acontecimentos do período de 1964 a 1985, diversos sindicatos e partidos foram fechados, o arrocho salarial, mão de obra barata e a alta inflação, foram características marcantes desse período, além disso, o profissional de Serviço Social por pertencer à classe trabalhadora também foi atingido, sendo que muitas assistentes sociais foram torturadas, como a autora Marilda lamamoto.

As ideias propagadas nesse período eram de que o país iria prosperar levando benefícios para toda a sociedade, mas somente uma pequena parcela foi beneficiada, pois a classe trabalhadora sofreu um período angustiante, com arrocho

salarial, alta inflação, sem poder se organizar publicamente. As políticas sociais se configuravam como estratégias para diminuir as sequelas do desenvolvimento do capitalismo no país, amenizando a situação precária e grande exploração da força de trabalho, com objetivo de manter a coesão e a aparência de harmonia social no país.

A política social estava vinculada ao sistema produtivo, com objetivo de corrigir as deformidades entre a produção e o consumo, tornando-se medida para a legitimação do novo regime. O assistente social atuando diretamente na operacionalização das políticas públicas, marcando a atuação profissional pela modernização, que buscou avançar suas técnicas de atuação tendo uma ação profissional moderna, sendo que o planejamento, administração e a coordenação passaram a ser papel fundamental do assistente social, dando início ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil (SILVA E SILVA, 2011).

Esse Movimento gesta-se em meados da década de 1960 e somente toma força a partir da década de 1970. Para Paulo Netto (2005) esse foi um marco muito importante na profissão, sendo que a reconceituação foi vista como uma crítica ao Serviço Social tradicional, de caráter assistencialista e caritativo. Sobre a reconceituação, observa-se que:

Todos aqueles assistentes sociais que estavam convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as mudanças sociais requeridas para superar o quadro de subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social Tradicional”, foi essa grande união que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social (PAULO NETTO, 2005, p. 9-10).

O objetivo principal do Movimento de Reconceituação era o rompimento com o tradicionalismo e o conservadorismo presentes no Serviço Social, assim um grupo de profissionais se uniu para trazer novas bases teóricas à profissão.

Segundo Faleiros (2005):

Para entender a reconceituação não basta contrapor-se o “novo” ao “velho” Serviço Social. É muito simplista, como se houvesse existido somente uma modernização, um aggiornamento de técnicas, que teria sentido na medida em que pudesse ter trazido mais eficiência ou eficácia à atividade profissional. É preciso ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais (FALEIROS, 2005, p. 22).

No primeiro momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, aconteceram dois encontros que marcaram o esforço da categoria dos assistentes sociais, no que se refere à sistematização teórico-prática do Serviço Social. O Encontro de Araxá, realizado em 1967 e o Encontro de Teresópolis, que aconteceu em 1972. Nesses dois encontros foram produzidos documentos que explicitavam e reafirmavam a diretriz do Serviço Social tradicional buscando a integração social e que a profissão viesse assumir uma modernização colocada como padrão para a sociedade brasileira (SILVA E SILVA, 2011).

É a partir de 1970 que a perspectiva marxista começa a ser colocada no Serviço Social brasileiro,

Inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelho ideológicos do Estado, seguindo a tendência do movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento, que negava a prática institucional e enfatizava a militância política. É conivente destacar que essa concepção não se restringe no âmbito do Serviço Social, mas influencia todas as profissões circunscritas ao social, bem como as práticas políticas em geral, encontrando campo fértil na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido (SILVA E SILVA, 2011, p. 35).

Um grupo de profissionais em Belo Horizonte formulam o método de BH, que se constituiu de uma proposta crítica para o Serviço Social, influenciando o setor mais crítico da profissão, principalmente aqueles que se encontravam nas universidades.

Segundo Paulo Netto (1999), o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), depois dos documentos de Araxá e Teresópolis, produziu o documento de Sumaré, no Rio de Janeiro, em 1978. Esse documento “considera que a reconceituação possa ter um caráter funcionalista sistêmico. Discute as possibilidades de um Serviço Social na ótica dialética e na ótica da fenomenologia, abrindo-se ao pluralismo” (FALEIROS, 2005, p. 24).

Para Silva e Silva (2007), as transformações no Serviço Social surgem a partir de quando a sociedade civil brasileira começa a fazer uma rearticulação política, e os movimentos de greve pela busca de melhorias, por exemplo, as greves do ABC Paulista, que tem forte influência em relação ao posicionamento dos assistentes sociais.

A principal conquista da Reconceituação do Serviço Social foi a recusa profissional em continuar sendo um agente técnico e executar de forma terminal as políticas sociais, passando a reivindicar suas atividades de forma planejada e abrindo espaço para a pesquisa e qualificação dos profissionais (PAULO NETTO, 2005). Assim, “assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”)” (PAULO NETTO, 2005, p. 12).

Em 1979 acontece o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marcado pela reorganização política profissional. Neste congresso, as autoridades militares foram substituídas por representantes das organizações populares. Este congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

No período da ditadura militar, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, a profissão seguiu um percurso no qual os profissionais procuraram avançar nas dimensões constitutivas da profissão representadas pela dimensão político organizativa, a dimensão acadêmica e a dimensão da intervenção profissional, no nível das instituições da política social, empresas privadas e dos movimentos sociais (SILVA E SILVA, 2011).

Durante o Movimento de Reconceituação a hegemonia da categoria decidiu apoiar-se na teoria marxista e definiu a questão social como objeto de intervenção profissional, assim Iamamoto (2004) diz:

O Serviço Social tem na “questão social” a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. “Questão social” apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 16).

O profissional assistente social sempre atuou na reprodução do capitalismo, mesmo sem a plena consciência disso. Com a revisão teórica é que a profissão adquire mais consciência do seu histórico papel na reprodução desse sistema. Ainda na década de 1980, no Brasil, a corrente marxista passa a fazer parte do Serviço Social. O Serviço Social rompeu com o tradicionalismo através da sua reconceituação, passou a incentivar a produção de conhecimento através de pesquisas e publicações e, a categoria reforçou a necessidade de organizar-se e fortalecer os Conselhos Regionais e Federal, mudando radicalmente a profissão.

É preciso este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela intervenção política (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

No Brasil o Serviço Social se consolida como profissão, ligada ao setor público e também às organizações patronais privadas, de caráter empresarial que se dedicavam a desenvolver serviços sociais voltados à população, concretizando-se como profissão assalariada a serviço dos interesses da classe trabalhadora e de seus direitos. É regulamentada como uma profissão liberal, ou seja, tem autonomia, mesmo que relativa, em seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2007)

Uma das conquistas mais recentes da categoria se materializou através da Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece a jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais. Essa conquista foi resultado de intensa pressão das entidades organizativas junto a parlamentares e organização política da categoria. No entanto, ainda existem profissionais que trabalham com jornada de 40 horas semanais, deixando claro que a luta contra a precarização do trabalho é contínua, vigilante e pertence a toda classe trabalhadora.

O assistente social assume o papel de planejar, formular e implementar políticas públicas. Sobre o perfil profissional na atualidade, Iamamoto (2007) salienta que:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.49).

Esse novo perfil profissional atua defendendo e lutando pela efetivação de direitos da classe trabalhadora e, para isso, deve ser um profissional criativo capaz de atuar na realidade social diante das demandas que lhe são postas.

O item seguinte abordará a atuação profissional do assistente social e o Projeto Ético Político do Serviço Social.

## 2.2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

A profissão de Serviço Social está inserida nas relações sociais do modo de produção capitalista, sendo chamada a intervir nas sequelas da questão social. A profissão pode ser considerada um tipo de especialização do trabalho coletivo, que intervém na realidade, atendendo às demandas solicitadas. Sobre as características da profissão, Yasbeck (2009) diz:

Sabemos que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social (YASBEK, 2009, p. 06).

Essa atuação atende, contraditoriamente, os interesses dessas duas classes, podendo ter subordinação da classe que tem uma posição dominante. O assistente social responde pelos interesses contraditórios que convivem opostos na sociedade capitalista. Ou seja, responde tanto as demandas do capital, como as dos trabalhadores.

Em sua atuação deve ter estratégias políticas e profissionais para fortalecer as demandas da classe trabalhadora, levando em consideração que “as classes só existem inter-relacionadas” (IAMAMOTO, 2007, p. 75). Assim,

É este o ponto de partida da análise, a qual deverá demonstrar, no seu desenvolvimento teórico e empírico, o que tem sido a força dominante na trajetória da prática histórica do Serviço Social: atender, prioritariamente, uma demanda do capital ou do trabalho, tendo por suposto que as forças contraditórias não se excluem do contexto profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 75).

A atuação profissional está intrínseca à contradição entre as classes sociais existentes no modo de produção capitalista, fazendo mediação entre o capital e o trabalho. Mesmo o profissional atuando nas demandas da classe trabalhadora, ele não é solicitado diretamente por esta classe, e sim pelo Estado ou instituições privadas, que contratam o profissional para atender essas demandas, através da prestação dos serviços sociais, os quais são alvos da procura desses usuários de serviços nas diversas políticas sociais que o cidadão tem direito.

Após o Movimento de Reconceituação, a inserção do Serviço Social junto à classe trabalhadora deve ser vista e analisada criticamente, principalmente em suas intervenções, que devem buscar a garantia dos direitos da população usuária. Esse direcionamento e posicionamento ético e político encontra-se expresso no Código de Ética profissional de 1993, que:

Preconiza o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. (CFESS, 2012, p. 4).

Entende-se então que o Código de Ética Profissional de 1993 teve grande influência e representatividade na construção do Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil. Este Código tem como valor ético central a liberdade, como forma de emancipação dos indivíduos sociais, e a autonomia. O Projeto Ético Político se vincula a um novo projeto societário que busca uma nova ordem social, sem exploração e dominação de qualquer raça, etnia ou gênero.

O assistente social, em sua atuação profissional, deve atuar de forma que venha a efetivar o projeto ético político da profissão, mas em seu cotidiano de trabalho enfrenta diversos desafios, que são totalmente contraditórios aos interesses da classe trabalhadora, como por exemplo, a precarização do seu trabalho, salários baixos, terceirização, redução dos direitos trabalhistas e sociais.

Segundo Paulo Netto (1999, p. 2), “os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.” Assim pode-se observar a diferença entre projeto societário, e projeto profissional, sendo que o primeiro constitui-se um projeto de sociedade, mais abrangente do que o segundo. Os projetos profissionais são:

[...] aqueles relacionados às profissões especificamente as profissões que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior. Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e



estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

Um projeto profissional deve buscar objetivos e funções para sua legitimação, baseados em teorias e práticas para o seu exercício, tendo normas a cumprir em relação à profissão, os companheiros de outras profissões.

De acordo com Borges (2012) parafraseando o pensamento de Paulo Netto (2002) ao analisar a renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, caracterizam-se três perspectivas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Esta última foi a que mais influenciou o processo de construção do projeto ético-político profissional. Desta forma:

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade de ação profissional do Assistente Social, que reconhecendo as contradições sociais presentes as condições de exercício profissional, busca colocar objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

O Projeto Ético Político do Serviço Social está vinculado a um novo projeto societário e o trabalho do assistente social está direcionado a atender os interesses da classe trabalhadora, mas, indiretamente também beneficia a classe burguesa, ao elaborar projetos e executar políticas públicas que garantem o mínimo de sobrevivência dos trabalhadores para que possam continuar vendendo sua força de trabalho ao capital.

Os projetos profissionais são construídos de forma coletiva, incluindo não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”; devem ser pensados e efetivados em conjunto, tendo a participação da classe trabalhadora. Assim, o Serviço Social elabora seu projeto através da organização da classe profissional, das instituições que os formam, dos pesquisadores, dos docentes e discentes, e dos sindicatos. No Serviço Social brasileiro, essas instâncias representativas “são o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.” (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

Paulo Netto (1999) destaca que o projeto profissional deve ser dinâmico e se modificar conforme as necessidades sócio-históricas:

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam se modificam (PAULO NETTO, 1999, p. 5).

Os projetos profissionais têm suas dimensões políticas, que se referem às perspectivas particulares da profissão. Em um projeto profissional estão envolvidos diversos componentes, como: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (PAULO NETTO, 1999, p. 7).

A consolidação do Projeto Ético Político ganha força com as especializações profissionais, que passaram a expandir a produção de conhecimentos em Serviço Social, demonstrando, assim, o processo de maturidade profissional gestado a partir de meados da década de 1970:

O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 90 que explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações) que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos CBAS's dos anos 90 que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais (BRAZ, 1999?, s/p.).

O Projeto Ético Político do Serviço Social deve ser entendido circunscrito nas particularidades da sociedade brasileira. No final dos anos 80 houve uma revisão do Código de Ética instituído em 1986, privilegiando a ética profissional, que passa a ter um valor mais significativo na profissão. Assim:

Nesta revisão, que deu forma ao Código hoje vigente, as unilateralidades e limites de 1986 foram superadas e, de fato, o novo Código incorporou tanto a acumulação teórica realizada nos últimos vinte anos pelo corpo profissional quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da própria revisão. Neste sentido, o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil (PAULO NETTO, 2009, p. 15).

A materialização do Projeto do Projeto Ético Político do Serviço Social se dá através das três dimensões articuladas entre si: a dimensão da produção de conhecimentos, a dimensão jurídico-política e a dimensão político-organizativa. A dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, vinculada à

dimensão investigativa da profissão, refere-se ao fazer profissional, refletindo sobre as práticas da profissão, com afinidades às teorias críticas sociais, sobretudo à teoria social crítica. Sendo assim, não cabe ao Projeto pensamentos conservadores e de manutenção da ordem e sim de transformação.

A dimensão política posiciona o Serviço Social a favor da classe trabalhadora, defende a distribuição da riqueza socialmente produzida e enuncia de forma clara princípios e valores profissionais. Dessa forma:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

A dimensão política do mesmo está vinculada à democracia e a universalização dos bens e serviços relativos às políticas e aos programas sociais. O Projeto afirma a importância do aperfeiçoamento e a busca constante de adquirir competências profissionais. A capacitação profissional deve buscar uma formação crítica e qualificada para atuar nas diversidades da sociedade, de forma concreta, deixando de lado o senso comum. E ainda, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais, tendo um compromisso com a qualidade dos serviços prestados, democratização e universalização dos mesmos e a participação da população na decisão desses serviços (PAULO NETTO, 1999). Enfim:

O projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

Por fim, a dimensão política-organizativa é constituída pelas entidades que representam a profissão: o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, também o movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social). Essa dimensão se consolida da seguinte maneira:

É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de idéias no seu interior (BRAZ, 1999?, s/p.).

E por último, a dimensão jurídico-política da profissão, constituída por leis e resoluções que embasam a profissão e o agir profissional, nela também estão os documentos e textos políticos construídos desde o surgimento da profissão. Há um aparato político-jurídico formado pelo Código de Ética Profissional; Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), e Diretrizes Curriculares. No aparato jurídico-político está também um conjunto de Leis asseguradas pela Constituição Federal de 1988, que foram fruto da luta da classe trabalhadora e que também envolveram assistentes sociais.

Essas três dimensões compõem o corpo material do Projeto Ético Político do Serviço Social, ressaltando que este projeto deve ser posto e compreendido de forma coletiva pela categoria, na busca de uma nova ordem societária.

Nos dias atuais este projeto profissional é atingido por muitas ações que vão contra seus princípios, por exemplo, o neoliberalismo<sup>4</sup> presente na atual conjuntura. O que se observa é que os direitos sociais e trabalhistas vêm sendo cada vez negados e as políticas sociais estão sendo cada vez mais seletivas.

Por fim, as atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, independente de suas áreas de atuações, sejam elas realizadas na Política de Assistência Social ou em outros espaços sócio ocupacionais, são orientadas e norteadas pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da

---

<sup>4</sup> O neoliberalismo tem sido, de longe, o mais influente nos governos (mesmo em alguns governos socialistas e comunistas). [...] o maior número possível de decisões deve ser transferido para o mercado, o qual em sua opção maximizante, é a única democracia genuína. Quando insuficiente restringida por lei ou disposições constitucionais, a democracia formal converte-se em um mercado político, no qual os votos são negociados contra benefícios de bem estar, subsídios, privilégios sindicais etc., e o custo, na forma de excessiva tributação ou inflação ou ambas, recai conjuntamente sobre os membros mais produtivos e os mais fracos e politicamente menos organizados da sociedade. (OUTHWAITE E BOTTOMORE, 1996, p. 526).

Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.

O próximo capítulo abordará os fundamentos sócio-históricos da política social e da Política de Assistência Social no Brasil.

## CAPITULO II

### 3 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA POLÍTICA SOCIAL E DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo abordará as políticas sociais no Brasil, sobretudo a Política de Assistência Social, sua história e sua trajetória influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil. As políticas sociais fundamentam-se, não apenas pelo aprofundamento das expressões da questão social, mas também devido aos movimentos sociais se tornarem mais organizados e mais fortes politicamente (PEREIRA, 2008).

#### 3.1 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A questão social, intrínseca aos conflitos entre o capital e o trabalho, torna-se cada vez mais aguda, sendo respondida através da repressão policial até final da década de 1930. O estado burguês torna-se cada vez mais pressionado a atuar nas expressões da questão social para amenizar os conflitos, inserindo, paulatinamente, na agenda estatal reivindicações populares, desde que elas não fossem contra os interesses do capital. Assim,

O estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista. Ele assume os investimentos que demandam recursos que superam a disponibilidade dos capitalistas, transforma os recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, cria a infra-estrutura necessária para os investimentos e a circulação do capital, estabelece facilidades jurídicas e, sobretudo, gere a moeda e o crédito em favor da acumulação de capital, e investe em grandes empreendimentos, aplanando com tudo isso a concorrência intercapitalista (FALEIROS, 2000, p. 65).

Em resposta as desigualdades sociais, ocorridas devido à expansão do modo de produção capitalista, a classe trabalhadora se organiza em movimentos populares para reivindicar melhores condições de vida, em busca de um novo ordenamento social, provocando uma ameaça crescente à classe dos mais favorecidos pelo capital, a partir do momento em que vão em busca de melhores condições de vida e trabalho (PEREIRA, 2008).

As políticas sociais no estado capitalista oferecem bens e serviços sociais como forma de enfrentamento aos conflitos sociais, ou seja, de enfrentamento a pobreza da classe trabalhadora, tornando-se uma forma de reprodução da ordem social, sendo assim utilizada para a classe dominante. Assim, as políticas sociais brasileiras se caracterizam pela subordinação aos interesses econômicos, onde os investimentos públicos são vinculados à economia e aos interesses políticos.

Segundo Arretche (1999) desde 1995 a estrutura e a organização do Sistema de Proteção Social Brasileiro vêm sendo profundamente redesenhado. Com exceção da área da previdência, nas demais áreas da política social, por exemplo, a assistência social, saúde, saneamento e habitação, estão sendo implantados programas de descentralização que vêm transferindo, vagarosamente, um conjunto significativo de atribuições de gestão das políticas públicas para os níveis estadual e municipal de governo.

Uma política pública significa uma ação coletiva que tem como objetivo concretizar direitos sociais, de demandas existentes na sociedade e que são garantidos por lei. Então,

É, pois, por meio das políticas públicas que são formulados, desenvolvidos e postos em prática programas de distribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade. Porém, a relação da sociedade com o Estado na operacionalização dessa política nem sempre é de reciprocidade, aliança e parceria, como parece indicar o discurso corrente, mas, principalmente, de competição e conflito, que devem ser trabalhados em prol do aperfeiçoamento da política e do interesse público (PEREIRA, 2008, p. 223).

Os bens e serviços são determinados através da riqueza produzida pelos trabalhadores, e é devolvida através de bens e serviços, geridos pelo Estado, assim existem divergências entre a classe trabalhadora e o Estado.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

O Estado busca enfrentar as manifestações da questão social através de políticas públicas, e passa a centralizar a prestação de serviços sociais, pressionado pela ampliação do contingente de trabalhadores e sua presença política na

sociedade em busca de seus direitos e melhores condições de vida e trabalho (IAMAMOTO, 2007).

No caso do Brasil as políticas sociais se desenvolvem como perspectiva de enfrentamento das múltiplas expressões das desigualdades sociais existentes no modo de produção capitalista. No Brasil, a intervenção do Estado junto às políticas sociais é o que dá forma a essas políticas, sendo assim:

São políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesses de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira (YASBEK, 2009b, p. 47).

A Política de Assistência Social no Brasil foi regulada no ano de 1993, sendo a última área da seguridade social a ser legislada, predizendo grande mudança no sistema de proteção social brasileiro, com privilégios em programas voltados para o reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, de caráter preventivo, superadores da visão assistencialista, com a descentralização dos programas e serviços, além do mais, ampliando a participação dos usuários (MESTRINER, 2008).

Através da Constituição de 1988, a assistência social é instituída como uma política social não contributiva, voltada para atender aqueles que não conseguiam suprir suas necessidades, por condições geracionais, por exemplo, a infância e a velhice ou por causa de problemas físicos ou mentais. A Política de Assistência Social historicamente tem se tornado uma medida de enfrentamento da questão social pelo Estado. Yasbek afirma que:

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que imbricam as relações entre as classes e estas com o Estado. (YASBEK 2009b, p. 64)

No que se refere ao público usuário da política de assistência social, o artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que poderão acessar seus benefícios, serviços, programas e projetos os usuário que dela precisarem, tendo por objetivo esta política, proteger a família, a adolescência, a



infância, a maternidade e velhice; proteger crianças e adolescentes; promover a integração ao mercado de trabalho; habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiência e o idoso que não é capaz de se manter e nem possui manutenção provida pela sua família (ALVES, 2009).

Em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), capítulo II, sessão I a Política de Assistência Social se rege pelos princípios democráticos a seguir: a supremacia às necessidades sociais; a universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão à sua autonomia e direitos a benefícios e serviços de qualidade; igualdade de direito no acesso ao atendimento com equivalência às populações urbanas e rurais e ampla divulgação dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais (BRASIL, 2004).

A Política de Assistência Social é organizada através de suas diretrizes que se baseiam na Lei Orgânica da Assistência Social e na Constituição Federal de 1988, sendo: Descentralização político organizativa; Participação da população através de organizações representativas na formulação das políticas sociais; Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo e centrabilidade na família para a concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 2004).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, são considerados como o público alvo desta política:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (ALVES, 2009, p. 88).

Historicamente a Assistência Social tem sido negligenciada, não só como objeto de interesse científico, bem como componente integral dos esquemas de proteção social pública, que desde os fins do século XIX, e com maior presença a partir dos anos 40 do século XX, se expressaram nas articulações e nos conflitos entre o Estado e a sociedade, com a intenção de serem definidos os direitos e as políticas de conteúdo social (PEREIRA, 2008b).

Assim, a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão-somente para reparar carências gritantes de pessoas que quedaram-se em estado de pobreza extrema (PEREIRA, 2008b, p. 217-218).

Antes da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social não era vista como um direito social e sim pelo o que ela aparentava ser, ou seja, ajuda aos necessitados que se encontravam em situação de pobreza extrema, utilizada, inclusive, como moeda de barganha e troca por políticos populistas, com fins eleitoreiros. Ela não estaria voltada apenas para a pobreza absoluta<sup>5</sup>, e sim para a pobreza relativa<sup>6</sup> ou para a desigualdade social. Ao contrário, a política de assistência social deve fortalecer as condições de eficácia das demais políticas sociais, combater pobreza e à reprodução da mesma entre as novas gerações (PEREIRA, 2008b).

É preciso deixar claro que a assistência social definida pela Constituição Federal de 1988, que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Constituição, e a Política Nacional de Assistência Social, alçam a assistência social no rol das políticas públicas não contributivas, bem como a política de saúde, a previdência, a educação, etc. Assim, o conceito de uma política pública:

É, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é um controle coletivo, que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania (PEREIRA, 2008b, p. 222).

---

<sup>5</sup> A determinação da linha de pobreza na abordagem absoluta é baseada na estimativa das necessidades básicas e recursos necessários para atendê-las. As medidas absolutas são interessantes por sua característica empírica. Elas estimam aproximadamente o mínimo para uma família viver em sociedade, com padrão de vida considerado decente. Sua maior vantagem é permitir o reajuste do valor mínimo necessário, baseado em nível fixo de necessidades. (LISTER, 2004, p. 37).

<sup>6</sup> Esta abordagem está baseada na privação econômica relativa. Famílias ou indivíduos são considerados pobres se não têm a renda necessária para atingir o padrão de vida corrente de uma determinada sociedade. A maioria dos países europeus adota esta abordagem para definir a linha da pobreza. Uma vantagem desta medida é que permite a mudança no padrão de consumo ao longo do tempo. As medidas de pobreza relativa se ajustam aos padrões da sociedade. As pessoas são consideradas pobres se não conseguem viver da forma considerada costumeira numa dada sociedade. (LISTER, 2004, p. 38).

A Política de Assistência Social se inter-relaciona com os demais direitos sociais, pois esses direitos tem a perspectiva de equidade, da justiça social e exigem que o Estado venha a intervir de forma positiva, ativa e interventiva na sociedade, ou seja, que o estado venha a concretizar esses direitos sociais.

Segundo Boschetti (2006) antes de se tornar um direito social a política de assistência social era permeada por práticas de ajuda, não fazia parte dos debates políticos, não sendo considerada um direito do cidadão e dever do Estado, sendo vista e reproduzida como forma de ajuda e caridade. A autora evidencia que, a assistência social é composta de uma ação social restritiva e seletiva com um público alvo bem específico, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

A história da política de Assistência Social brasileira “pode ser lida como a história de uma política em constante conflito com as formas capitalistas de organização social.” (BOSCHETTI, 2006, p. 5). Ao mesmo tempo em que tomava um caráter universal, também se tornava seletiva, porque buscava atender a parcela mais pobre, tornando-se uma política seletiva. Mota (2008) se refere à política de assistência social, caracterizando-a de acordo com seguridade social, da seguinte maneira:

Situamos a seguridade social na dinâmica da reprodução social e aventamos a hipótese de que está em processo de consolidação uma nova estratégia de dominação política: uma nova reforma social e moral da burguesia, reveladora da sua pedagogia da hegemonia, e que se realiza através do atendimento de algumas necessidades objetivas das classes trabalhadoras, integrando-as à sua lógica reprodutiva. Essa reforma implica numa passivização da “questão social”, que se desloca do campo do trabalho para se apresentar como sinônimo das expressões da pobreza e, por isso mesmo, objeto do direito à assistência e não ao trabalho (MOTA, 2008, p. 142).

As políticas sociais, especialmente se tratando da política de assistência social, atuam como estratégias capitalistas junto ao Estado para amenizar os conflitos entre as classes. O Estado é pressionado pela classe trabalhadora para atender algumas das suas exigências, não deixando de atender também as demandas do capital. “As relações sociais explicam, pois o Estado” (IAMAMOTO, 2007, p. 81).

Para manter a coesão e a ordem social torna-se necessário uma série de políticas: trabalhistas, sociais e educacionais, geridas ou subsidiadas pelo Estado,

com atuação direta de assistentes sociais. Os serviços sociais passam a ser mecanismos de persuasão, coesão e controle da classe trabalhadora; mantendo a classe trabalhadora com os mínimos sociais necessários.

Iamamoto (2007) observa que o assistente social atua nessa contradição entre os interesses da classe trabalhadora e os da classe burguesa, sendo seu trabalho profissional requerido pela classe dominante e pelo Estado para atuar junto à classe trabalhadora. Assim, mas quem remunera o profissional não são aqueles que irão receber sua intervenção, existindo uma diferença entre quem o remunera e quem recebe seus serviços do profissional (IAMAMOTO, 2007).

Somente no ano de 1985 a Assistência Social foi incluída “como campo planejado de ação nos planos governamentais, com recursos formalmente garantidos” (BOSCHETTI, 2006, p. 6-7), compondo o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Antes de passar a ser um direito social e ter status de política social como a previdência e a saúde, a assistência social fazia parte do cenário social e político, mas representava figura como “parente pobre” das demais políticas sociais, diferenciando-se por ter características para que viesse atender tanto aqueles que trabalhavam, como os que não produziam trabalho produtivo, que gerasse o lucro (BOSCHETTI, 2006).

Na Constituição de 1988, a assistência social passou a ser reconhecida politicamente como um direito social, isso se deu por dois motivos:

De um lado, a noção de direito rompeu com as interpretações reducionistas de orientação liberal e religiosa que viam a assistência social como simples ações benevolentes e filantrópicas. De outro lado, a inclusão da assistência social no campo da seguridade social encerrou (ao menos formalmente) a confirmação do sistema de proteção social brasileiro no complexo previdenciário- assistencial (BOSCHETTI, 2006, p. 9).

A Política de Assistência Social compõe o tripé da seguridade social, junto com a política de saúde e da previdência, sendo uma política distributiva e não contributiva.

A Política de Assistência Social deve não só livrar os seus destinatários dos infortúnios do presente, como também das incertezas do amanhã, protegendo-os preventivamente das adversidades causadas em sua vida cotidiana, como por exemplo, as enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar etc. “A política de assistência social, de medida ativa e positiva, além de procurar corrigir injustiças, visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais que

apresentam ameaças, perdas e danos a vários segmentos sociais” (PEREIRA, 2008, p. 225).

A Política Assistência Social deve contribuir para a melhoria de vida e para a cidadania da população que a ela recorre, devendo abranger três procedimentos básicos:

- a) provimento público de benefícios e serviços básicos como direitos de todos;
- b) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados á margem desses frutos do progresso;
- c) Manutenção da inclusão supra citada e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante o desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas (PEREIRA, 2008, p. 226).

A Assistência Social tem duas funções principais na realidade brasileira: concretizar os direitos sociais e manter o envolvimento popular (PEREIRA, 2008). Os conselhos são exemplos dessa participação da população. E tanto uma como a outra função, podem promover indivíduos ou grupos que venham a intervir na Política de Assistência Social, articulada com as demais políticas públicas. Por isso, essa política está ligada às funções tanto de promoção, quanto de inserção, prevenção e de proteção, porque a política pública é que concretiza direitos e é promotora e otimizadora das necessidades.

Sendo assim, a Política de Assistência Social não tem como objetivo primordial prover os mínimos sociais, pois as políticas públicas devem visar o atendimento essencial às necessidades, e não o atendimento mínimo. Nessa perspectiva, a Política de Assistência Social deve adquirir as seguintes características:

- a) Embora não seja em si mesma universal, já que tem como destinatários segmentos sociais particulares (crianças e adolescentes carentes, idosos, pessoa portadoras de deficiência e famílias sem condições de se auto-sustentar, desempregados e empregados de baixa renda), ela deve realizar uma necessária tarefa universalizadora ao incorporar e manter incorporados no circuito das institucionalidades prevaletentes (direitos, leis, políticas) esses destinatários;
- b) Por ser gratuita e sem fins lucrativos, automaticamente prevê o efetivo comprometimento do Estado e o envolvimento desinteressado da sociedade na regulação, na provisão, e no controle democrático de sua operacionalização. E é só nesse sentido que ela funcionará como um espaço público, onde tanto o Estado como a sociedade se farão presentes colocando-se a serviço de interesses coletivos (PEREIRA, 2008, p. 228).

A Política de Assistência Social traz diversos desafios para os profissionais que nela atuam, pois requer comprometimento do Estado e do controle democrático por parte da sociedade, para que a desigualdade social se torne uma preocupação de todas as partes, governantes e seguimentos sociais. A gestão da Política de Assistência Social no Brasil acontece de forma descentralizada e participativa, o que permite a execução da política de acordo com as demandas regionais e locais de cada município, tendo o Estado como condutor da mesma.

A Loas em seu artigo 6º dispõe sobre as ações da Política de Assistência Social, sobre as entidades e organizações de assistência social, delimitando as instâncias deliberativas, que devem ser compostas por diversos setores envolvidos nessa política.

Portanto, compõe o sistema os órgãos gestores da assistência social, de caráter executivo, os Conselhos e Fundos de Assistência Social, constituídos nas três esferas de governo, bem como as entidades e organizações prestadoras de serviço e benefícios de assistência social. Como política pública, cabe ao Estado a responsabilidade do financiamento e gestão de suas ações. Portanto, a coordenação do sistema em âmbito nacional compete à secretaria de Estado da Assistência Social (MUNIZ, 2005, p. 76-77).

A gestão da Política de Assistência Social acontece de forma descentralizada e participativa. A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, trouxe um modelo de gestão descentralizada e participativa articulando os esforços e recursos do governo federal, estadual e municipal para a execução e funcionamento da Política Nacional de Assistência Social. O SUAS é um sistema público descentralizado e participativo que reorganiza o desenvolvimento da Política de Assistência Social e tem por objetivos identificar os problemas sociais, focando na necessidade de cada município, atendendo as famílias em situação de vulnerabilidade social<sup>7</sup>.

Na gestão do Sistema Único de Assistência Social cabe ao estado e ao município a responsabilidade de elaboração do orçamento, planejamento de ações e efetivação dos pactos para aprimoramento do SUAS, a construção de indicadores

---

<sup>7</sup> O conceito de vulnerabilidade social e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõe de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidade para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva (JANCZURA, 2012, p. 4).

que irão definir níveis de gestão e levar ao alcance do cumprimento das metas, o acompanhamento e avaliação dessas metas de aprimoramento, a gestão financeira, bem como a prestação de contas dos recursos aplicados na assistência social (MACEDO; BARBOSA, 2013).

O SUAS apresenta-se como modelo de gestão descentralizado com uma nova forma de organizar as ações sócio-assistenciais com base no território tendo como foco o atendimento prioritário na atenção às famílias. Ele traduz e especifica serviços sócio-assistenciais da política pública de assistência social e garante direitos de caráter universais, para aqueles que necessitam em todo o território nacional (CARVALHO, 2000). O SUAS também tem as seguintes funções:

Organiza/ordena/regula um sistema único (federativo e descentralizado) de assistência social. Define serviços básicos de pouca, média e alta complexidade. Introduce concepção importante de se criar e implementar sistemas de vigilância da proteção social (mapa da pobreza, inclusão e exclusão social; índices de vulnerabilidade social; mapas de vulnerabilidade social (CARVALHO, 2000, p. 125).

A família é a unidade de intervenção, com o principal objetivo de romper com os tradicionais seguimentações de seu público alvo, que são: as crianças, adolescentes, mulheres, os idosos e outros. Elege o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como equipamento e serviço de proteção social básica, objetivando coordenar e executar os serviços de proteção social básica, sendo necessário um CRAS para cada 1500 famílias, em locais que apresenta grande vulnerabilidade social.

Também elege o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) como referência no serviço de proteção social especial, voltado para a alta e a média complexidade. A primeira para atender aquelas famílias cujo vínculo familiar foram rompidos, já a segunda para atender aquelas famílias que se encontram em situação de risco social. Esses serviços estão normatizados e propostos na Norma Operacional Básica de 2005, que dita sobre a organização, operação e financiamento da política de assistência social (CARVALHO, 2000).

O conceito de proteção social da Política de Assistência Social, segundo Macedo e Barbosa (2013), abrange a garantia de sobrevivência, de acolhida e principalmente de convivência familiar às pessoas e famílias que se encontram em condições vulneráveis de sobrevivência, ou seja, dificuldades financeiras, psicológicas, materiais ou outras. Dessa forma,

[...] a assistência social como um direito social não deve estar voltada apenas para a satisfação de necessidades biológicas ou naturais. Pois o ser humano por mais brutalizado que seja, é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem, que devem ser consideradas pelas políticas públicas (MARX, 1977; HELLER, 1998 apud PEREIRA, 2002, p. 09).

A Proteção Social Básica é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. Sendo assim, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os serviços de proteção básica são: “a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; c) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (SILVA; ARAUJO, 2011?, p. 06).

A Proteção Social Básica consiste em uma rede básica de socialização para segurança de convívio social e familiar, ou seja, essa socialização deve ser promovida por meio de ações, cuidados e serviços que reestabeleçam vínculos pessoas, familiares, de vizinhança e outros que venham a manter o convívio familiar, fazendo com estes não sejam rompidos.

Proteção social básica, operando pela provisão de benefícios financeiros e materiais, continuados e eventuais, para a segurança de provisão de sobrevivência através da renda básica às famílias e pessoas sós através do BPC- Benefício de Prestação Continuada a idosos e a pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento, benefícios financeiros e em acessos materiais e alojamento a pessoas e famílias vítimas de calamidades, frentes frias e emergências; Benefícios eventuais a pessoas em situação de forte fragilidade pessoal e familiar, por morte/doença em família, nascimento de crianças, acesso a programas de renda mínima como estímulo à convivência familiar de crianças e adolescentes em lares chefiados por mulheres; as famílias cujos filhos estejam em medida provisória de internação preparando-os para recebê-los de volta, adolescentes em medida sócio-educativa ou em trabalho infantil, que exige maior cuidado em sua educação e acompanhamento às famílias acolhedoras ou guardiãs de crianças e jovens em medida de abrigo (SPOSATI, 2004, p. 178).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF consiste no trabalho contínuo com famílias, com a função de fortalecer a função protetiva da família e prevenir o rompimento dos vínculos e contribuir para melhores condições de vida.

Já o serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas, visa a garantia dos direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação



e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

E por último o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, está em articulação com o PAIF, onde previnem a institucionalização e a separação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso as informações sobre direitos e participação cidadã (MACEDO; BARBOSA, 2013).

A Proteção Social Especial se caracteriza através de serviços de proteção que envolve e se destina a indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal, sendo crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. Sendo assim,

A proteção social especial inclui a oferta de serviços de abrigo de longa ou curta duração e serviços de acolhimento e atenção psicossocial especializados, destinados a criar vínculos de pertencimento e possibilidades de reinserção social. Os serviços de proteção social especial tem estreita interface com o sistema de justiça exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário e outras ações do Executivo (SPOSATI, 2004, p. 184).

São público alvo da Proteção Social Especial casos ocorridos pelo abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil e outras formas de violação de direitos. Ou seja, visa o atendimento as pessoas com seus direitos violados e se divide nos serviços de média e de alta complexidade.

A Proteção Social de Média complexidade está destinada a atender aqueles que tiveram seus direitos violados, mas não perderam seus vínculos familiares, sendo ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) os seguintes serviços:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, idosos (as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua. (SILVA; ARAUJO, 2011?, p. 07).

Já a Proteção Social de Alta Complexidade está voltada para aqueles que perderam totalmente seus vínculos familiares devido à violação dos seus direitos, a esse nível de proteção são oferecidos os seguintes serviços: Serviço de acolhimento

institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergências, entre outros que contribuem para a garantia dos direitos e proteção à pessoa idosa. (SILVA; ARAUJO, 2011?).

É preciso compreender a Assistência Social com base numa perspectiva histórica e social, atrelada à realidade brasileira:

Quer como um dos setores da política social brasileira quer como mecanismo compensatório que permeia o conjunto das políticas sociais públicas no país, [...] a partir de perspectivas históricas e sociais que situam o assistencial como ação engendrada na teia das relações estabelecidas entre o estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho (YAZBEK, 1993, p. 49 apud COUTO, 2008, p. 164).

No Brasil há uma tentativa de desvincular a intervenção do estado na Política de Assistência Social, como também a sua inserção no campo da reprodução social, dando a entender que as demandas dessa política são gestadas fora da produção social. Para Iamamoto (1993):

A saída para a pobreza tende a ser visualizada exclusivamente através da construção de identidades coletivas, de novas formas de sociabilidade que dêem sustentação a uma moderna concepção de cidadania mantida intocada a organização do mundo do trabalho (IAMAMOTO, 1993, p. 11 apud COUTO, 2008, p. 165).

Concomitante a isso a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 203 reconhece a assistência social como política social pública. Neste artigo a assistência social será direcionada para aqueles que dela necessitarem, independentemente de contribuir à seguridade social, ou seja, essa política passou a ser dirigida para aquelas pessoas que antes eram excluídas na ótica dos direitos e cabe ao Estado a responsabilidade de geri-la.

Artigo 203- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição á seguridade social, e tem por objetivos: I) a proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II) o amparo às crianças e adolescentes carentes; III) a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2010, p. 123).

Já o artigo 204 da Constituição está voltado para a organização da assistência social, devendo suas ações ser realizadas com os recursos da seguridade social, sendo organizada pelas diretrizes:

I) descentralização político administrativa, cabendo coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988 apud COUTO, 2008, p. 170).

Através desses dois artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 houve um redimensionamento no campo da assistência social. Cinco anos após a Constituição foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8742/93) foi aprovada no final de 1993, durante o governo de Itamar Franco, com o intuito de organizar a política de assistência social. Mas, somente em 1995 a Lei entrou em pauta para reconhecimento e efetivação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A LOAS, em seu artigo 4º, inciso III, reconhece o usuário dessa política como cidadão e afirma a importância e necessidade do “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (BRASIL, 1993).

Em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social, aprovou a Política Nacional de Assistência Social com novas diretrizes em consonância com a LOAS, estabelecendo que a Política Nacional de Assistência Social deve ser regida pelos seguintes princípios democráticos: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito e benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbana e rurais; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecido pelo poder público e dos critérios para sua concessão (MACEDO; BARBOSA, 2013).

O acesso a tal política não é disponibilizado de forma universal, pois seu público real são aqueles considerados mais pobres, ou seja, aqueles que não possuem condições de suprir suas necessidades materiais básicas de subsistência. O atendimento assistencial é direcionado a certos seguimentos populacionais, classificados por critérios como idade doenças, deficientes físicos e mentais, etc. Cabe ao profissional do Serviço Social aplicar esses critérios de elegibilidade, existindo certa contradição entre as demandas da população e o caráter excludente e seletivo da assistência fornecida. Essa contradição torna o acesso às políticas sociais limitado, tendo a existência e exigência da triagem e da seleção econômico-social. Neste sentido observa-se que a atuação do assistente social o coloca entre a necessidade e as demandas daquela parcela que necessita da sua intervenção, assim como também ao caráter seletivo e limitado das políticas sociais. Assim “existe uma clientela preferencial do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2007, p. 315). Para a autora:

Estes são elementos extremamente contraditórios, entre outros motivos que se situarem nos limites da contradição entre a necessidade de restringir um consumo, que para o Capital e para o Estado só é diretamente produtivo quando realizado pela força de trabalho engajada no processo de produção, e a necessidade política de tentar absorver e neutralizar as reivindicações e os conflitos sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 315).

O Serviço Social tem sua atuação permeada pela contradição, obtendo uma solução paliativa para que as demandas sejam efetivadas, “[...] jogar para frente o problema insolúvel, se encarado em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente.” (IAMAMOTO, 2007, p. 317). E ainda, o caráter burocrático do acesso aos programas e serviços, faz com que a população fique subordinada a instituições, sobre a qual não lhe é permitido o direito de opinião e participação.

O projeto de formação profissional do assistente social deve buscar formar profissionais críticos, articulando três aspectos relacionados entre si, “as determinações da prática profissional; a concepção de ensino e sua direção estratégica e as mediações que julgamos privilegiadas entre ensino e prática do Serviço Social.” (GUERRA, 2005, p. 149). Portanto, o assistente social deve ter uma formação que garanta a perspectiva da totalidade, a compreensão da sociedade capitalista, para que possa atuar junto aos interesses da classe trabalhadora. Cabe

ao profissional entender as relações sociais e suas contradições, em todos os aspectos sejam eles, culturais, econômicos, políticos, etc.

Guerra (2005) destaca:

O exercício profissional deve ser visto como uma atividade racional transformadora da realidade, que incide sobre condições objetivas encontradas pelos sujeitos assistentes sociais, mas que estes as modificam buscando criar as possibilidades de alcançarem seus fins. Nesta prática imperam dois elementos: teleologia (ou o pór teleológico dos homens, sua intencionalidade) e causalidade (condições causais encontradas pelos sujeitos e as quais eles buscam modificar visando alcançar sua intencionalidade). (GRERRA, 2005, p. 149).

É preciso que, durante sua formação acadêmica, obtenha conhecimento crítico da realidade social, bem como valores, atitudes e habilidades que formem profissionais com responsabilidade ética e comprometimento com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. A prática profissional, como uma dimensão da práxis, deve estar relacionada aos conhecimentos adquiridos durante a formação, conhecimentos esses sobre “[...] os fundamentos; a lógica que estrutura a realidade social; o agir dos homens e os modos pelos quais é possível se alcançar os objetivos, melhor dizendo, conhecimentos reflexivos e interventivos.” (GUERRA, 2005, p. 149).

O assistente social, enquanto integrante da classe trabalhadora, não está isento das atuais condições de precarização e flexibilização do mundo do trabalho. Segundo dados do CFESS (2011), 44,6% dos trabalhadores da política de assistência social, incluindo assistentes sociais e outras categorias profissionais, não possuem vínculo permanente com a política de assistência social, levando à rotatividade de profissionais e dificultando a continuidade dos serviços, o que prejudica o andamento a criação de vínculos com os usuários.

O Tocantins foi um dos primeiros estados brasileiros a aderir o sistema Único de Assistência Social a partir de 2005, e desde então a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS), vem implementando o mesmo nos municípios tocantinenses. Esta Secretaria é um órgão público estadual que localiza-se na cidade de Palmas, capital do Tocantins, na Praça dos Girassóis, onde tem seu prédio próprio.

O Tocantins localiza-se no centro do Brasil, sendo o último Estado brasileiro a ser emancipado, contando com pouco mais de duas décadas de existência. Era uma região do antigo norte goiano, que recebia poucos investimentos

do governo estatal e federal, sendo, portanto, uma região pouco desenvolvida. De acordo com dados do (IBGE, 2010), a população tocantinense gira em torno de 1.383.453 habitantes, sendo 1.090.241 residentes na área urbana e 293.212 habitantes na zona rural, divididos entre 139 municípios numa área de 277.720,520 km<sup>2</sup>, sendo a cidade de Palmas a capital do estado. (IBGE, 2010 apud OLIVEIRA, 2013).

No Estado do Tocantins em 2013 o total de pessoas empregadas era de 630.425, sendo 372.843 homens e 257.582 mulheres. Do total de sua população 66,1% estavam economicamente ativas em 2010, com renda per capita de R\$586,62. A expectativa de vida no Estado é de 72,6 anos. A taxa de analfabetismo no Estado é de 11,9% da população. (REVISTA EXAME, 2013).

Projetada para ser a capital do estado do Tocantins, Palmas foi criada em 20 de Maio de 1989, um ano após a criação do Estado, sendo instalada em 1º de Janeiro de 1990, depois da transferência da capital provisória em Miracema do Tocantins. O nome da capital foi escolhido em homenagem à comarca de São João das Palma, local onde se instalou o primeiro movimento que lutou pela divisão do norte do Estado do Goiás.

A população da capital Palmas no ano de 2010 era de 228.332 habitantes, sendo 112.848 homens e 115.484 mulheres. Seu índice de pobreza representava 29,52% da população neste mesmo ano (IBGE, 2010).

Localizada na capital Palmas a SETAS é o órgão estadual gestor das Políticas Públicas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva e do Trabalho, assume a função estratégica de viabilizar condições para o fortalecimento das ações dos municípios e da sociedade civil organizada, no que diz respeito ao aprimoramento e ampliação dos serviços prestados á sua população.

Entre seus objetivos estão: formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e não-governamental; acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho; coordenar, acompanhar, e avaliar a políticas e o sistema único de assistência social; prestar apoio técnico aos Municípios na estruturação e implementação de seus sistemas municipais de assistência social e de Segurança Alimentar e Nutricional; implementar e garantir o funcionamento do sistema único estadual de proteção social, baseado na cidadania e na inclusão social, de assistência social; implementar

e acompanhar a Política Nacional, o Plano e Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, definindo estratégias para a implantação de programas e projetos nesta área de atuação (MACEDO; BARBOSA, 2013).

Atualmente a Política de Assistência social no Tocantins é coordenada pela referida secretaria, que é constituída por cinco coordenadorias, sendo elas: Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, Coordenadoria de Proteção Social Básica, Coordenadoria de Proteção Social Especial, Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e Coordenadoria de Inclusão Produtiva e tem unidade administrativa subordinada ao gabinete do secretário. Possuem um total de vinte e cinco profissionais do Serviço Social atuando na Secretaria, sendo que, estes estão distribuídos também entre os demais anexos que a compõe. É no campo da assistência social, que se tem a decisiva participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou na garantia de direitos, sendo considerada fundamental a participação do mesmo.

A Assistência Social na SETAS pode ser afirmada como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, no Brasil, a política progrediu no âmbito de política pública a partir de 1988, com a Constituição Federal, e desde seu surgimento tem grande influência no Serviço Social,

A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos (as) assistentes sociais. Não obstante, não pode ser confundida com o Serviço Social, pois confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho (CFESS, 2007, p.15).

O Serviço Social e a Política de Assistência Social possuem uma grande relação, pois esta política se constitui como a maior empregadora de assistentes sociais no Brasil, exigindo compromisso profissional, na luta pela expansão dos direitos, na perspectiva da ampliação da proteção social brasileira. Também a atuação profissional do assistente social na política pública de assistência social requer o fortalecimento e articulação às lutas mais gerais da classe trabalhadora (CFESS, 2012).

A atuação do assistente social na Política de Assistência Social deve ser orientada e norteadada pela Lei que regulamenta a profissão, que é a Lei nº 8662/93 e

também pelo o Código de Ética Profissional. Sendo assim, o assistente social, ao atuar na política de assistência social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2007).

O capítulo seguinte abordará a atuação profissional do assistente social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social de Palmas-TO, com enfoque na materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.



### **CAPITULO III**

#### **4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TO**

Esse capítulo abordará a política de assistência social, que atualmente se constitui do maior campo de trabalho do profissional assistente social. O locus privilegiado da pesquisa é a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, localizada município de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Com base nos objetivos traçados, buscou-se compreender como as/os assistentes sociais atuam na referida Secretaria, os desafios profissionais e como compreendem e materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social em sua atuação. No item seguinte apresentam-se os resultados e discussões da referida pesquisa.

##### **4.1 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TOCANTINS**

No Estado do Tocantins a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS), é a referência na Política de Assistência Social, pois é o órgão estadual gestor das Políticas Públicas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva e do Trabalho, que tem como função estratégica viabilizar condições para o fortalecimento das ações dos municípios e da sociedade civil organizada, no que diz respeito ao aprimoramento e ampliação dos serviços prestados a população tocantinense.

A Secretaria do Trabalho e da Assistência Social localiza-se na cidade de Palmas-TO, na Praça dos Girassóis, onde tem seu prédio próprio. A pesquisa teve como objetivo principal conhecer como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa na atuação profissional do assistente social na SETAS no primeiro semestre de 2016. Foram realizadas seis entrevistas em Maio de 2016, durante o período matutino e vespertino. O quadro a seguir traz um breve perfil das assistentes sociais entrevistadas.

**Quadro 1 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas, 2016/1**

Nome	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Pertença étnico-racial	Situação conjugal	Religião
Entrevistada A	49	Pará-Belém	Pós-graduada	Não declarada	Casada	Não declarada
Entrevistada B	48	Arráias-TO	Pós-graduada	Negra	Solteira	Católica
Entrevistada C	47	Ponte Alta-TO	Pós-graduada	Não declarada	Casada	Católica
Entrevistada D	38	Tocantinópolis-TO	Pós-graduada	Parda	Solteira	Católica
Entrevistada E	40	Rubiataba-GO	Pós-graduada	Branca	Solteira	Evangélica
Entrevistada F	55	Anápolis-GO	Nível Superior	Branca	Casada	Espírita

Fonte: Elaboração própria.

Das seis profissionais entrevistadas, duas afirmaram ter escolhido a profissão por influência de outras pessoas. Uma delas porque se identifica com a área de humanas e fez uma pesquisa com psicólogos, advogados e assistentes sociais, se identificando mais com o trabalho do assistente social.

De acordo com as auto-afirmações, todas as profissionais se identificam e estão satisfeitas com o trabalho na Política de Assistência Social, no entanto, duas profissionais externaram o desejo de mudar de profissão. O quadro a seguir traça as condições de trabalho das profissionais na Secretaria:

**Quadro 2 – Condições de trabalho das assistentes sociais entrevistadas.**

<b>Entrevistadas</b>	<b>Tipo de vínculo empregatício</b>	<b>Possui mais vínculos empregatícios</b>
Entrevistada A	Concursada	Não
Entrevistada B	Concursada	Não
Entrevistada C	Concursada	Não
Entrevistada D	Concursada	Sim
Entrevistada E	Concursada	Não
Entrevistada F	Comissionado	Não

Fonte: Elaboração própria.

Em seu exercício profissional o assistente social tem diversos desafios. De modo geral, um dos principais desafios é ter que conhecer e interpretar algumas lógicas do mundo capitalista, sobretudo as recentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, como a precarização do trabalho e as questões relacionadas às desestruturações do sistema de proteção social brasileiro, assim como também das políticas sociais de um modo geral (PIANA, 2009).

Observa-se que somente uma profissional possui cargo comissionado e as outras cinco são estatutárias. Segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2015), no Brasil existem 160.000 assistentes sociais ativos, ou seja, inscritos/as nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

O nível de precarização do trabalho do assistente social interfere negativamente na qualidade dos serviços prestados, ocasionando desmotivação e descontinuidade das ações profissionais, além dos diversos tipos de vínculos empregatícios. Em 2012 do total de 68.275 trabalhadores/as dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Brasil, 32,9% tinham vínculos estatutários, os 59,9% possuíam outros vínculos, por exemplo, vínculo não permanente, servidor temporário, comissionado ou terceirizado. Já nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social no mesmo ano, dos 19.876 trabalhadores, 32,9% apresentavam vínculos estatutário e os demais possuíam o mesmo tipo de vínculo dos CRAS. (CFESS, 2015).

Levando em consideração os dados à cima, em relação aos assistentes sociais, do valor total de trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social

(SUAS), 15.062 (22,1%) atuavam em CRAS e 4.713 (23,7%) nos CREAS, assim pode-se afirmar que os profissionais do Serviço Social como parte dos trabalhadores do SUAS vivenciam grande nível de precarização no trabalho. De acordo com uma pesquisa nacional no ano de 2005, 45,2% dos assistentes sociais tinham salários de 4 a 6 salários mínimos, 20,5% dos assistentes sociais recebiam de 7 a 9 salários mínimos, 18,6% apresentavam salários no valor de 9 salários mínimos e 15,7% dos profissionais tinham salários no valor de 3 salários mínimos. No Tocantins, as instituições públicas municipais apresentam salários no valor de 3 e 4 salários mínimos, já nos órgãos públicos estaduais encontra-se a média entre 3,8 a 4,8 salários mínimos. No Tribunal de Justiça e Ministério Público a média era de 6,3 salários mínimos. (CFESS, 2015).

O projeto Ético Político do Serviço Social é o sustentador da profissão que atua nas diversas expressões da questão social, é esse Projeto que respalda suas respostas de forma qualificada no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Uma das dimensões que compõe o Projeto Ético Político da profissão é a dimensão jurídico-política, amparada principalmente pela Lei Orgânica de regulamentação da Profissão (8662/93), pela LOAS, Código de Ética, CF, etc. Quando perguntadas se tinham conhecimento de legislações e dos amparos jurídicos que norteiam a profissão, quatro profissionais citaram a Lei 8662/93 como de suma importância para o Serviço Social.

Tal Legislação dispõe sobre o trabalho do assistente social evidenciando suas competências e atribuições privativas, no que diz respeito à sua atuação profissional, como ressalta a entrevistada B: “conheço a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão, tem o Código de Ética também, conheço várias” (ENTREVISTADA B).

Uma profissional citou a Lei do estágio como legislação que permeia seu trabalho. A Lei nº 11.788/2008 dispõe sobre a regulamentação do estágio nas instituições de educação. De acordo com a Lei 8662/93, o estágio supervisionado em Serviço Social constitui-se uma atribuição privativa do assistente social.

Ultimamente tenho lido bastante a Lei do estágio, porque estava com estagiários e tenho acompanhado isso, acompanho também todas as resoluções do CFESS, do CRESS a respeito da nossa profissão, da nossa atuação profissional, então isso é fundamental também, muitos assuntos em debates que estão hoje posto na sociedade, nosso Conselho se posiciona, a gente tem um posicionamento profissional, então temos que conhecer a

legislação como um todo, então estou sempre olhando no site, buscando me atualizar (ENTREVISTADA C).

O estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa do assistente social. “A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação.” (CFESS, 2007, p. 02). Percebe-se que a profissional está comprometida com a qualificação, capacitação e atualização, buscando as legislações e sempre se atualizando para os desafios profissionais.

A Lei nº 11.788/2008 estabelece a forma como o estágio deve ser regido, como as instituições devem ter suas instalações, o processo de avaliação, a definição do supervisor acadêmico, a construção do plano de atividades, incluindo a elaboração de normas complementares (CFESS, 2013).

Ainda evidenciando sobre os amparos legais da profissão, duas entrevistadas citaram a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da política de assistência social: “para nós aqui da política de assistência social a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, ela é um parâmetro, pois eu começo a entender a política a partir da LOAS, a partir dela eu começo a fazer as outras regulações” (Entrevistada A).

Assim a LOAS tem como objetivos principais:

I- A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos. II- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993, p. 2).

Na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social o amparo legal com maior evidência utilizado pelas profissionais, é a LOAS, a Lei que rege a política de assistência social, a partir da qual o trabalho se baseia para que possa entender a política como um todo.

Questionou-se às profissionais sobre os seus maiores desafios ao atuar na Política Pública de Assistência Social, obtendo da entrevistada B a seguinte resposta:

Condições de trabalho aqui é muito difícil, a gente praticamente não tem condições nenhuma de trabalho, e assim, não é um desafio só para nós enquanto Estado, mas para os municípios as condições de trabalho, a

questão dos recursos humanos, questão salarial também nos municípios é bem difícil, então esses são desafios grandes (ENTREVISTADA B).

A profissional destaca que os maiores desafios se referem às condições de trabalho, sejam elas por questões de salários modestos, vínculos de contratos precários, além das condições estruturais pouco satisfatórias da secretaria.

A sociedade tem passado por várias transformações, no âmbito do trabalho com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva<sup>8</sup>, ou seja, as novas formas de organização do trabalho trouxeram diversas consequências para o mundo do trabalho, como o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, ampliando diversas formas precárias de contrato de trabalho, como a terceirização com salários baixos e direitos sociais reduzidos. (ANTUNES, 2001).

No Brasil o trabalho informal é executado por milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a informalidade no mundo do trabalho se amplia cada vez mais, dos 82 milhões de trabalhadores no país, 29 milhões exercem o trabalho formal, desse total 30% são trabalhadores de carteira assinada. (RODRIGUES NETTO E SILVA, 2013).

A informalidade é o retrato sem retoque de um sistema que tem na sua gênese a prevalência da desigualdade social, a produção social de riqueza, mas com apropriação individual e o esgotamento gradual dos recursos naturais, pois a produção de bens e serviços não se mede pela necessidade humana e sim pela necessidade exponencial de evolução do próprio capital. (RODRIGUES NETTO, SILVA, 2013, p. 109).

No Tocantins em 2013 o total de pessoas empregadas era de 630.425, sendo 372.843 homens e 257.582 mulheres, pessoas com dez anos de idade ou mais que não possuíam nenhuma renda apresentava um total de 396.707 em todo o estado, sendo 185.370 no sexo masculino e 211.337 do sexo feminino.

Com a reestruturação produtiva criou-se o trabalhador polivalente e multifuncional, ou seja, o trabalhador passou a exercer diversas funções em seu trabalho. Capazes de manejar os diversos meios tecnológicos, como máquinas e controles numéricos, exercitando sua dimensão intelectual, ao mesmo tempo cria-se

---

<sup>8</sup> A reestruturação produtiva diz respeito a uma série de mudanças no modo de produção capitalista, das quais são mais expressivas e podem elucidar o que de fato torna tão incrementado o modo de produzir com base na pragmática neoliberal, quais sejam: a flexibilização, a terceirização, a precarização do trabalho, etc. Princípios organizacionais dos quais decorrem padrões de produção em que se tem uma vinculação com a demanda, trabalho operário em equipe, just in time, sistema kanban, estrutura horizontalizada, Círculos de Controle de Qualidade, etc. (SILVA, 2011, s/p.).

uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, ocasionando o emprego parcial, temporário, levando ao desemprego.

Em consequência disso, a classe trabalhadora passou a ser mais fragmentada, dividida entre trabalhadores qualificados e não qualificados, participantes do mercado formal e informal, estáveis e precários, homens e mulheres. Surgindo a concorrência no mundo do trabalho, onde aqueles que mais qualificados forem, conseguem se inserir no mercado de trabalho, devido às diferentes formas de inserção dos trabalhadores na nova divisão internacional do Trabalho. (ANTUNES, 2001).

O surgimento das tecnologias e a substituição da força humana de trabalho por ela, fez com que o desemprego se tornasse cada vez mais presente, então mesmo de forma precária, desumana, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho para sobreviver e o capital necessita dessa mercadoria para se sustentar. “O capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo.” (ANTUNES, 2001, p. 38).

As profissionais foram perguntadas sobre a carga horária de trabalho e sobre suas percepções a respeito da luta da categoria pelas trinta horas semanais. As respostas obtidas apontam o descumprimento do poder público sobre a legislação (Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010), que garante as/os profissionais de Serviço Social jornada máxima de 30 horas semanais, sem redução salarial. As profissionais afirmam que o cumprimento desta legislação na SETAS é permeado por questões políticas e que atualmente trabalham quarenta horas semanais. No entanto, afirmam que em gestões anteriores já cumpriram a jornada de 30 horas semanais. Observa-se que existe uma grande contradição na SETAS, que é uma instituição referência no Estado do Tocantins e tem um quantitativo considerável de profissionais de Serviço Social em seu quadro, mas, não cumpre a Lei 12.317/10, ficando as/os profissionais de Serviço Social desta Secretaria a mercê de decisões e vontades políticas quanto a jornada de trabalho, descumprindo assim, a legislação. Refletindo sobre a abrangência de uma jornada de trabalho para toda a classe trabalhadora, a entrevistada B afirma:

Às 30 horas acho que ela é necessária para toda a classe trabalhadora, não só o assistente social, até porque os argumentos para a efetivação dessa lei

é a qualidade de vida do trabalhador, então não é só o assistente social que merece, e juntando-nos com outras profissões, com os trabalhadores, os sindicatos e os conselhos, a gente vai conseguir melhor, mas é uma luta que ainda vamos pensar muito. (ENTREVISTADA B).

Notou-se que as profissionais estão muito insatisfeitas com a carga horária de trabalho, sobretudo porque há uma legislação que estabelece a carga horária de trinta horas semanais, mas que por questões políticas este direito não está sendo garantido as/os profissionais que trabalham, lutam e defendem direitos da classe trabalhadora.

De acordo com todas as entrevistadas essa luta é constante e o Estado, que deveria ser referência no cumprimento da legislação e na efetivação de direitos, gerando frustração e insatisfação nas/os profissionais: “É frustrante, é triste e nós profissionais aqui da secretaria estamos nessa luta árdua há anos e esperamos que um dia possamos conseguir efetivar de fato às 30 horas enquanto Estado” (ENTREVISTADA D).

Ao serem questionadas sobre a valorização do trabalho, quatro profissionais afirmaram que o trabalho do assistente social deveria ser mais valorizado financeiramente e que socialmente hoje é bem mais valorizado:

Olha eu acho que atualmente essa valorização é meio contraditória no momento, na forma que eu estou no executivo eu não posso me dizer completamente satisfeita. Sempre achei que deveria ganhar mais, que o governo deveria valorizar muito mais o quadro dele dando condições que os profissionais possam se aprimorar com cursos ou especializações, e o valor do salário deveria ser mais adequado para determinados profissionais. (ENTREVISTADA A).

Ainda evidenciando sobre a valorização do trabalho a Entrevistada E, diz: “Olha socialmente talvez seja um pouco mais valorizado, mas financeiramente não, pois os salários são baixos (...)”. De acordo com a entrevistada D, o trabalho do assistente social não é valorizado financeiramente, porque os salários ainda são muito baixos. “Socialmente talvez sim, financeiramente acho que não. Acho que poderia ser melhor valorizado” (ENTREVISTADA D).

Observa-se uma grande desvalorização do trabalho do assistente social, tanto na Secretaria como nos outros diversos espaços ocupacionais. Tal desvalorização, acrescida do processo de precarização são pontuadas pelas profissionais, o que interfere no cotidiano de trabalho e na satisfação no trabalho dessas profissionais.



De acordo com a Entrevistada C, um dos maiores desafios como atuante da Política de Assistência Social é a rotatividade de profissionais do Serviço Social e de outras profissões, sendo resultado da falta de concursos públicos. A cada mudança de gestão os profissionais que não são estatutários são substituídos por outros, o que causa impacto no andamento dos serviços e na interação da equipe. Observa-se que essa questão também é fruto das precarização do trabalho. Assim,

Os maiores desafios na política de assistência social é a rotatividade de trabalhadores, por vezes a gente capacita, essa pessoa começa a trabalhar, começa a prestar serviço de qualidade e vem à mudança de gestão, mudanças de gestores, essas mudanças constantes por falta de ter concursos em todos os municípios, então isso é um desafio muito grande. O outro desafio que eu vejo é a parte financeira, o governo do Estado pouco investe na política de assistência social, a maioria dos nossos recursos são recursos federais, os municípios eles sofrem com isso, a gente sabe que isso não é um querer da gestão, isso é uma responsabilidade que está na legislação, que a política de assistência social deve ser cofinanciada pelos três entes federativos (ENTREVISTADA C).

Considerando o compromisso e a preocupação com a (auto) formação permanente, aspecto esse que tem como base o aperfeiçoamento intelectual, presente no Projeto Ético Político do Serviço Social, questionou-se às profissionais participantes da pesquisa quanto a participação em seminários, palestras ou eventos que discutem temáticas da profissão. Cinco assistentes sociais afirmaram que participam com frequência dos eventos da categoria e de outros eventos relacionados ao trabalho na SETAS e buscam treinamento e aperfeiçoamento constante sobre a Política de Assistência Social e sobre a profissão,

Tenho participado, inclusive eu participei agora na semana passada de um curso que falava da gestão do cadastro do bolsa família, e assim tento participar a nível nacional, por exemplo, do último CBAS que ocorreu em Águas de Lindóia; me inscrevi no CBAS desse ano, é legal a gente ver um painel da profissão. Na verdade, esses encontros eu penso que eles são importantes para que a gente se sinta vivo. (ENTREVISTADA A).

Inclusive participei segunda feira da abertura do evento de 80 anos do Serviço Social no Brasil, que abriu a semana em comemoração ao dia do assistente social, que aconteceu aqui na cidade de Palmas. (ENTREVISTADA B).

Agora mesmo estou inscrita no CBAS que acontecerá em Olinda, então assim não tenho perdido o CBAS, o Encontro Nacional de Serviço Social, a Secretaria proporciona para a gente condições para participar de eventos e ai a gente se organiza para estar sempre participando. Todos os eventos que tem a respeito da política de assistência social que eu tenho oportunidade vou e sempre participo, e com certeza isso contribui com o meu trabalho. (ENTREVISTADA C).

O Serviço Social sustenta-se no seu Projeto Ético Político, que tem valores e princípios que visam defender sua autonomia, emancipação, a liberdade e a equidade, bem como o pleno desenvolvimento dos seus usuários (PAULO NETTO, 1999). Esse conjunto de valores e princípios devem ser buscados e efetivados no cotidiano do profissional do Serviço Social. Três dimensões são essenciais para que o Projeto Profissional seja materializado; uma delas é a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, na qual o profissional deve buscar a capacitação e atualização constantes, incluindo a formação continuada, a participação em eventos, seminários, palestras, como pontua Pianna (2009, p.102):

A efetivação do projeto ético-político do Serviço Social exige que os profissionais, cada vez mais, recriem seu perfil profissional e sua identidade, ultrapassem limites institucionais e superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos e pela cidadania (PIANA, 2009, p. 102).

Conforme afirmação da Entrevistada C, é de grande importância que o profissional participe dos espaços de discussão sobre a profissão, pois esses espaços se constituem espaços de formação:

O profissional não pode estagnar, não é porque ele ta formado, que está pós-graduado, que você tem que parar. Conhecimento nunca é demais e a atualização é necessária em qualquer profissão, é primordial para o profissional, para um bom profissional, estar sempre antenado com as discussões do Serviço Social [...] isso é fundamental (ENTREVISTADA C).

Nesse sentido observou-se que as profissionais procuram sempre capacitações, cursos de curta duração e participam das discussões a respeito da profissão. Das seis profissionais entrevistadas, cinco possuem pós-graduação *lato senso* e apenas uma possui graduação.

Ao serem questionadas sobre a produção de conhecimento autoral depois de estarem atuando na secretaria, como trabalhos científicos, artigos ou alguma pesquisa, duas profissionais afirmam que já participaram da construção de trabalhos. A Entrevistada B, quando estava atuando no Conselho da Assistência Social produziu um artigo junto à outra companheira: “participei da construção de um artigo junto à outra profissional quando eu estava no Conselho da Assistência Social” (ENTREVISTADA B).

Olha professoras da UFT já me procuraram para produzirmos material, dei entrevistas e dei informações para que essas professoras pudessem produzir, então já tem artigo que as professoras produziram, a respeito do avanço da política de assistência social no estado do Tocantins que eu contribuí, também recentemente participei de uma entrevista de um livro que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS produziu, um artigo sobre o nosso trabalho, sobre o cadastro único como ferramenta de planejamento da política de assistência social, e aqui na secretaria já produzi e organizei vários manuais para conselheiros, secretarias executivas dos conselhos, caderno dos gestores, então a gente teve o privilégio de participar na organização e na elaboração desse material. (ENTREVISTADA C).

Foi, sobretudo, na década de 1990 que os assistentes sociais passaram a ser uma categoria pesquisadora reconhecida pelos os órgãos promotores de pesquisa, apresentando discussões e debates referentes às políticas sociais, especificamente da Política de Assistência Social, como direito social, nas relações entre o Estado e a sociedade. Os profissionais contribuíram na intensificação e na reflexão dos debates sobre a identidade profissional, para fortalecer o seu auto reconhecimento e para esboçar criticamente os rumos da profissão (PIANA, 2009). Ou seja, a categoria passou a defender “a profissão na busca de uma visão crítica e comprometida com a transformação social e a formação dos futuros assistentes sociais a partir de análises críticas da realidade capitalista.” (PIANA, 2009, p. 113).

Assim a dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social deve ser pautada na relação indissociável entre teoria e prática profissional; ambas devem caminhar intrinsecamente. O profissional precisa ser crítico e capaz de criar e recriar estratégias em seu cotidiano de trabalho, para não seguir apenas as burocracias institucionais e se deter ao comodismo da rotina cotidiana. Sendo assim não cabe ao Projeto Ético Político da profissão posturas teóricas conservadoras e sim atitudes que venham lutar para uma nova ordem social, com uma distribuição justa da riqueza socialmente produzida e sem a dominação de classes.

As alterações na configuração sociotécnica da profissão evidenciam ser a formação profissional um processo dinâmico, continuado, inconcluso, em permanente exigência de apropriação e desenvolvimento dos referenciais críticos de análise e dos modos de atuação na realidade social. E o ato de avaliar a profissão (formação e trabalho profissionais) em suas conexões com as necessidades sociais de onde derivam as demandas ao Serviço Social, expõe com radicalidade as exigências de uma profunda, cuidadosa e continuada capacitação profissional. Essa radicalidade marcou o processo de construção das novas diretrizes curriculares que se inicia com a definição dos critérios norteadores do trabalho coletivo (KOIKE, 2000, p. 107 apud PIANA, 2009, p. 114).

Com os avanços qualitativos que a profissão obteve em relação à formação profissional e ao trabalho cotidiano, no que se refere ao fazer profissional, a relação entre teoria e prática, diversos embates foram travados, diante da busca por estratégias que viessem dar operacionalidade ao trabalho profissional, sem que a teoria fosse tratada e vista de forma desvinculada da prática.

Ao serem questionadas sobre qual importância atribuem à formação profissional continuada, através de leituras de temáticas da profissão, todas as profissionais responderam atribuir significativa importância na busca e envolvimento de capacitação e conhecimento. A Entrevistada A afirmou que devido a rotina no trabalho, seu foco maior são leituras relacionadas à Política de Assistência Social, já outras leituras específicas do Serviço Social pouco faz e sente uma certa deficiência quando precisa relacionar sua atuação com o Serviço Social, porque o dia-a-dia e as grandes demandas do trabalho impede que faça maiores leituras. A Entrevistada C deixou claro que quando fazia supervisão de estagiários era o tempo em que fazia de forma frequente as leituras, porque os estagiários levavam constantemente dúvidas, além disso, a visita da supervisora acadêmica ao campo de estágio proporcionava a leitura e discussão de diversas temáticas da profissão.

O estágio supervisionado se constitui de uma parte integrante e fundamental na formação em Serviço Social, é onde o acadêmico treina a ação profissional, devendo ser um momento de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione conhecimentos sobre o agir profissional e sua intencionalidade, para que o estagiário seja conhecedor da sua ação. (BURIOLA, 2011).

“Essa visão supõe transcender o corriqueiro real tradicional, o cotidiano do estágio, da supervisão, extrapolando o nível do fazer e enfatizando uma atitude de busca de conhecimentos teóricos e metodológicos que não se esgotam no curso, podendo inferir direta e efetivamente no exercício da profissão (BURIOLLA, 2011, p. 11).

O profissional supervisor tem que oferecer um estágio confiável ao seu aluno estagiário, contribuindo de forma qualificada com a formação profissional do futuro assistente social. “O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação

vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”. (BURRIOLLA, 2001, p. 13).

O aluno estagiário é o principal agente do processo de ensino aprendizagem durante o estágio, pois na medida em que aprende, também ensina. Assim, a profissional destaca que o processo de leituras sobre as temáticas da profissão é mais praticado por ela quando está no processo de supervisão:

Esse processo é melhor quando a gente tem estagiários, porque eu tive o privilégio de ser supervisora de campo da UFT e as professoras sempre traziam artigos e materiais relacionados com a política de assistência social, com a atuação profissional, relacionados também com o estágio, e eu achava muito interessante, a gente debatia os textos, os eventos que a UFT faz eu sou sempre convidada, algumas vezes como palestrante outras como participante, então eu tenho buscado essas informações novas, o que o serviço social de hoje traz, para inserir isso no meu trabalho (ENTREVISTADA C).

Sendo assim na supervisão em Serviço Social é de grande importância que tenha por um profissional responsável, comprometido e comprometido com o ensino, que se capacite e qualifique constantemente, atualizando-se para que venha acompanhar o desenvolvimento intelectual e a formação profissional dos/das estagiários/as.

De acordo com Guerra (2005) o supervisor de estágio é o responsável pelo treinamento junto ao aluno estagiário, e sua função vai, além disso, pois deve desempenhar a função pedagógica, socioeducativa e informativa, se constituindo de uma referência para o estagiário. Sendo que o processo de estágio deve compreender o papel de todos os envolvidos, supervisor de campo, supervisor acadêmico e o aluno estagiário. “O ensino da prática deve permitir problematizar o contexto socioinstitucional e os significados sócio-históricos do exercício profissional.” (GUERRA, 2005, p. 150).

No contexto das novas formas de intervenção do profissional assistente social, Faleiros (2000) explana que a pesquisa científica, incorporada à profissão e cada vez mais fortalecida atualmente, fez com que o profissional se aproximasse do científico, trazendo um caráter mais técnico e especializado para a profissão.

A profissão nas últimas décadas tem evoluído, tanto em relação à formação acadêmica como em sua presença política na sociedade, intensificando a produção científica e o mercado editorial. Os assistentes sociais passaram a compor uma categoria pesquisadora reconhecida dentro e fora do Brasil e amadureceram

quanto às suas representações políticas e corporativas, passando a lutar por um conjunto de objetivos comum, por meio de órgãos profissionais e acadêmicos legitimados e reconhecidos (PIANA, 2009).

O Projeto Ético Político do Serviço Social foi construído coletivamente pelo corpo de profissionais que dão efetividade à profissão. É através da sua organização política envolvendo as instituições e os profissionais que as formam, como docentes, pesquisadores, estudantes de Serviço Social, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais, dentre outros, que a profissão teve seu projeto elaborado.

Tal organização do Serviço Social no Brasil é composta pelas entidades representativas da profissão, por exemplo, o Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos e as demais associações de assistentes sociais. (PAULO NETTO, 1999). É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades que são decididos os traços gerais do Projeto Profissional, seus princípios e compromissos, sendo um espaço democrático e aberto em construção com permanente tensão e conflitos por apresentarem opiniões, concepções diferentes e pensamentos críticos, ou seja, o pluralismo de ideias (BRAZ, 1999?).

Ao serem questionadas se conheciam alguma entidade representativa da profissão das seis profissionais, quatro delas citaram o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), que tem por finalidade organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão tendo como fator principal o Código de Ética. O CRESS/TO está ligado ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que tem por principal finalidade normatizar e fiscalizar o exercício profissional. Uma das entrevistadas citou a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). “Conheço o Conselho Regional de Serviço Social, a ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e o Conselho Federal de Serviço Social” (ENTREVISTADA B).

De acordo com Piana (2009), com o Código de Ética de 1993, a categoria conseguiu articular compromissos éticos, políticos e o exercício da prática profissional. Assim,

Este projeto profissional reafirma o compromisso da categoria com um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Ele tem como aspecto central a liberdade, ou seja, a possibilidade de o ser humano fazer concretamente suas escolhas, e com isso comprometer-se com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos. A partir desses princípios, o projeto ratifica a intransigente defesa dos direitos humanos e contra qualquer forma de preconceito, o arbítrio, o autoritarismo, culminando no exercício do pluralismo na sociedade em geral e no exercício profissional (PAULO NETTO, 2000, p.104-5 apud PIANA, 2009, p. 106).

A equidade e justiça social se constituem princípios do Código de Ética profissional, visando “a consolidação da cidadania por meio da viabilização de todo esse processo democrático, garantindo a todas as classes trabalhadoras.” (PIANA, 2009, p. 106).

Visando a conhecer mais sobre a dimensão político-organizativa da profissão, as profissionais foram questionadas sobre a participação em movimento estudantil e/ou em movimentos sociais e partidos políticos durante a graduação. Três das profissionais afirmaram ter participado do movimento estudantil durante a graduação. De acordo com a Entrevistada B, desde o primeiro período da graduação sempre procurou participar do movimento estudantil da Católica do Goiás. A Entrevistada C afirmou:

Particpei do movimento de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, particpei dessa caminhada, da Lei Orgânica de Assistência Social, a LOAS, a gente fez algumas manifestações, particpei também do movimento que tava fazendo a divisão do Estado do Tocantins, como estudante fui para Brasília reivindicar.

Observa-se que é importante à inserção dos profissionais e estudantes nos espaços de discussão e decisões. A classe trabalhadora deve participar dos espaços públicos, na ampliação do conhecimento dos seus direitos, implementação de tomada de decisões coletivas, que venham contribuir para a inclusão social, construção e fortalecimento da cidadania.

Quanto à participação em conselhos, partidos políticos e outros movimentos, as profissionais entrevistadas responderam:

Participo do Conselho Regional de Serviço Social, eu faço parte da comissão de seguridade social. Partido político não sou muito envolvida não, e movimento social participo do movimento negritude, que é um movimento negro. (ENTREVISTADA B)

Particpei muito, só do Conselho Estadual de Segurança Alimentar eu fiquei 13 anos. Do Conselho Estadual de Assistência Social eu já fui por diversas

vezes membro do Conselho, na penúltima gestão eu estava como presidente, então eu procuro sempre participar. Atualmente eu represento o Conselho Regional de Serviço Social, no Conselho Municipal de Urbanização e Habitação de Palmas. (ENTREVISTADA C)

Participo, sempre que é possível, eu participo dos espaços de deliberação dos conselhos da política de assistência, do CEAS, da CIB, que é a instância de pactuação do Estado, a Comissão Intergestores Bipartite, e atualmente sou membro do Conselho Estadual de Saúde. (ENTREVISTADA D)

Para materializar o Projeto Profissional é necessário que a categoria se organize, se fortaleça e que possa ser reconhecida perante as demais profissões, pelas instituições públicas e privadas e, principalmente pela população que necessita da sua intervenção (PAULO NETTO, 2009). Observou-se que 50% das entrevistadas participam de conselhos relacionados à profissão, o CRESS/TO. “A articulação imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional é complexa e não se realiza num curto espaço de tempo. Ela exige recursos político organizativos, processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas” (PAULO NETTO, 1999, p. 7).

#### A consolidação do Projeto Profissional,

[...] depende da organização da categoria dos assistentes sociais e de sua articulação com outras categorias que partilhe dos mesmos compromissos e princípios fundamentais. Depende ainda da mobilização que se trava com a sociedade civil na luta pela garantia dos direitos civis, sociais e políticos de todos os cidadãos (PIANA, 2009, p. 107-108).

Todas as profissionais afirmaram que o Código de Ética é muito importante e essencial para a atuação profissional, como ressalta a Entrevistada F: “ele é o nosso manual que deve estar sempre debaixo do braço”. De acordo com a Entrevistada D, toda atuação profissional deve considerar os princípios do Código de Ética, pois ele corrobora na efetivação do Projeto Ético Político da profissão. Dessa forma a Entrevistada C afirma que o Código de Ética: “é o guia para a nossa atuação, não se pode esquecer nunca dos princípios do nosso Código de Ética, esses princípios tem que valer no dia a dia da nossa atuação, então como bom profissional nunca podemos deixar o Código só dentro da gaveta, temos que colocá-lo em prática sempre” (ENTREVISTADA C). Para Paulo Netto (1999, p. 15), “o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil”.



Nessa perspectiva compreende-se que a atuação cotidiana do assistente social deve ser baseada nos onze princípios do Código de Ética que preconizam:

[...] o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito (CFESS, 2012, p. 4).

O Projeto Ético Político do Serviço Social não é algo concreto e posto, como pontuou a Entrevistada B, quando perguntada sobre como compreende tal projeto em sua formação e em seu espaço de trabalho. Este projeto está sempre em construção e se consolidando, principalmente porque a sociedade está sempre em transformação, a realidade é dinâmica e complexa, e para que o Projeto Ético Político seja fortalecido é necessário que a atuação de cada profissional seja pautada nos princípios e valores deste Projeto Profissional.

Dessa forma a Entrevistada A diz que cotidianamente o profissional tem que buscar a efetivação do Projeto Ético Político, que é indispensável remeter-se ao projeto e às teorias em sua prática profissional:

Eu preciso me remeter a ele todas as vezes que vou atuar, nem sempre eu consigo, e eu acho que esse é o grande viés que preciso perceber na minha atuação profissional olhando para o Projeto Ético Político, e às vezes a gente não consegue isso. A correria faz com que a gente faça uma fala vazia [...] mas o Projeto Ético Político é fundamental, e eu tenho que refletir a minha atuação baseada nesse parâmetro, na conquista dos direitos sociais (ENTREVISTADA A).

Nesse sentido observa-se que o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa mediante as suas três dimensões articuladas. Este Projeto Profissional assinala claramente o perfil que cada profissional deve seguir cotidianamente, um perfil ético e político, buscando a transformação social, sem dominação de classes, articulando a luta por direitos e por políticas públicas com as demais categorias profissionais, juntando-se com a luta geral dos trabalhadores, que é o público alvo das políticas sociais onde o profissional do Serviço Social atua. O item seguinte apresentará as considerações finais da referida pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos traçados por essa pesquisa, foi possível conhecer como as/os profissionais assistentes sociais da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS) do município de Palmas-TO compreendem e materializam do Projeto Ético Político do Serviço Social, bem como os seus principais desafios como atuantes da Política de Assistência Social, que se constitui de um dos maiores campos de atuação do profissional assistente social na atualidade.

O serviço social atua hoje nos mais diversos espaços de trabalho, “como as políticas sociais, o chamado campo sociojurídico, empresas, organizações não governamentais e movimentos sociais”. No entanto, a Política de Assistência Social, seguida da política de saúde, são as áreas de maior concentração profissional. (CFESS, 2012, p.01).

A Política de Assistência Social no Brasil foi regulada no ano de 1993, sendo a última área da seguridade social a ser organizada juridicamente, predizendo grande mudança no sistema de proteção social brasileiro, com foco em programas voltados para o reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, de caráter preventivo, superadores da visão assistencialista, com a descentralização dos programas e serviços, além do mais, ampliando a participação dos usuários. (MESTRINER, 2008).

Através da Constituição Federal de 1988, a assistência social é instituída como uma política social não contributiva, voltada para atender aqueles que não conseguiam suprir suas necessidades, por condições geracionais, por exemplo, a infância e a velhice ou por causa de problemas físicos ou mentais. Assim, “direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993, p. 09).

Com a pesquisa explorou-se os aspectos do Projeto Ético Político do Serviço Social na SETAS e percebeu-se que o mesmo é materializado na Secretaria, mesmo que essa efetivação ocorra de forma limitada devido principalmente à questões políticas e até de estrutura física. Observou-se que essas profissionais estão engajadas nas bandeiras de luta do Serviço Social, estão

dedicadas à profissão e buscam concretizar o Serviço Social enquanto profissão crítica e interventiva.

Percebeu-se que as profissionais participam de eventos para se atualizarem e estão buscando sempre se qualificar para os desafios profissionais. As profissionais demonstram possuir conhecimento sobre a dimensão jurídico-política, explanando sobre as legislações que permeiam a regulamentação da profissão, sobre a legislação que garante e dispõem sobre a Política de Assistência Social, bem como sobre a legislação que regulamenta o estágio; mostrando que estão empenhadas na busca por conhecimento e capacitação permanente, refletindo sobre as práticas da profissão.

Observou-se que na SETAS, com relação à dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as profissionais estão sempre buscando fazer leituras, participando da construção de trabalhos, todas as profissionais responderam atribuir significativa importância na busca e envolvimento de capacitação e conhecimento, além de participarem com frequência dos eventos da categoria e de outros eventos relacionados ao trabalho na SETAS, buscando treinamento e aperfeiçoamento constante sobre a Política de Assistência Social e sobre a profissão. Sendo que, a dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social deve ser pautada na relação indissociável entre teoria e prática profissional.

Pôde-se observar quanto à dimensão político-organizativa do Projeto Ético Político, que as profissionais mostraram ter conhecimento das entidades representativas da profissão, no tempo da graduação participavam de movimentos estudantis, atualmente participam de conselhos e movimentos sociais, levando em consideração que é de suma importância à inserção dos profissionais e estudantes nos espaços de discussão e decisões.

A pesquisa contribuiu significativamente para o desenvolvimento intelectual da pesquisadora e contribuiu também para pensar a SETAS enquanto espaço de consolidação do Projeto Ético Político, mas que ainda muitas coisas podem ser feitas para a melhoria da atuação do profissional assistente social no referido espaço de trabalho, por exemplo, ser efetivada as 30 horas semanais, as questões relacionadas às condições de trabalho, falta de recursos humanos, financeiros, aspectos esses que interferem no agir profissional do cotidiano.

Foram apontadas pelas profissionais alguns desafios e limitações do trabalho em Serviço social, como a precarização das condições físicas e estruturais de trabalho, os contratos temporários na SETAS que geram rotatividade de profissionais, os baixos salários, a falta ou escassez de recursos para a política de assistência social.

Um dos grandes desafios da política de assistência na atualidade é, na verdade, uma característica histórica da sociedade brasileira: há que se vencer a política do favor, enraizada nas instituições e na cultura brasileira, e a relação pedinte-doador intermediada pela figura da/o assistente social. Essas relações constituídas historicamente e arraigadas culturalmente descaracterizam a assistência social como política pública. Essa cultura deve ser debatida com mais ênfase para que seja possível uma mudança significativa e definitiva na forma como essas questões são tratadas pela própria profissão e pela sociedade.

Dessa forma, na atual conjuntura torna-se latente o cumprimento objetivo da distribuição orçamentária do Estado para cada política pública seja de fato efetivada e não sofra interferências negativas a cada troca de gestor e reitera-se que para que se tenham um bom desenvolvimento do trabalho, os profissionais de qualquer categoria necessitam de ter boas condições estruturais e financeiras.

O processo de precarização atinge também as condições de trabalho no Serviço Social, principalmente com relação às jornadas de trabalho, pois apesar de terem a jornada de trabalho de 30 horas estabelecida por lei, as assistentes sociais entrevistadas cumprem uma jornada de 40 horas semanais de trabalho. Todo esse contexto aponta para as difíceis condições de trabalho a que estão submetidas às assistentes sociais, trazendo consequências para a satisfação no trabalho e para a saúde física e mental dessas profissionais.

Nos últimos, o Conselho Regional de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social, vem lutando de várias formas na garantia e ampliação dos direitos dos profissionais de Serviço Social e de toda classe trabalhadora, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. O conjunto CFESS/CRESS enquanto instância representativa, bem como os assistentes sociais buscam intermitentemente a defesa e a reafirmação dos direitos da classe trabalhadora, que venham consolidar as condições econômicas, sociais e políticas na procura pelo desenvolvimento de uma sociedade emancipada, sem dominação de classes, pois “a cidadania presente no Projeto Ético-Político do Serviço Social

brasileiro articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições nos marcos de uma sociedade não-capitalista.” (CFESS, 2012, p. 1).

Desde a criação das primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930, a profissão passou por diversas mudanças e influências teóricas, conforme apresentado nos capítulos 1 e 2. A profissão passou por uma transformação de grande impacto e total mudança, período esse referente ao Movimento de Reconceituação, que imprimiu novos direcionamentos e configurações na profissão. Assim, o profissional atual, formado com base numa perspectiva crítica e interventiva, é capaz de fazer uma:

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996) (CFESS, 2007, p. 26).

Dessa forma a atuação do assistente social deve buscar efetivar no seu cotidiano de trabalho que o Projeto Ético Político do Serviço Social através de:

Capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2007, p. 26).

Pode-se apontar a necessidade e urgência de permanecermos vigilantes na luta pelos direitos sociais, principalmente na atualidade, na qual vivemos a precarização do trabalho de forma estampada e o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Deste modo, através da presente investigação os objetivos da pesquisa foram todos alcançados, as profissionais entrevistadas responderam todas as perguntas de forma satisfatória para o desenvolver da pesquisa, para que tais objetivos pudessem serem alcançados.

Nessa conjuntura, a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social encontra-se em ameaça, principalmente pelas diretrizes do neoliberalismo, que prevê, dentre outros objetivos, a privatização do setor público, das políticas públicas e a redução dos direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, a defesa e materialização do Projeto Profissional constitui-se uma luta constante da categoria, uma luta coletiva do Serviço Social em todos os espaços ocupacionais da categoria. “Porque só esta profissão dá esperanças de criar condições de igualdade para que todos possam usufruir de uma sociedade mais livre e justa.” (José Paulo Netto).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social** – história, análise crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2009.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social Brasileiro- 1947 a 1961. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008, p. p. 268-299. Disponível em<> acessado em 20 de Junho de 2016.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006.  
Disponível em< <file:///C:/Users/Gis%C3%A9li%20Ferreira/Downloads/Antunes,%20Ricardo.%20Trabalho%20e%20precariza%C3%A7%C3%A3o%20em%20uma%20ordem%20neoliberal.pdf> > Acessado em 25 de Maio de 2016.

ARRETCHE, Marta T. S. Política Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. In: **RBCS**, vol. 14 nº 40, junho. 1999. Disponível em < [www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/ArretcheRBCS1999.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/ArretcheRBCS1999.pdf) > Acessado em 05 de abril de 2015.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira- São Paulo: Brasiliense, 2007.

BORGES, Vânia Venzel. O Projeto Ético-Político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço Social. In: **Espaço Cultural**, Ano XIII nº 26, 1<sup>o</sup> semestre 2012, p. 157-172. Disponível em < [revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../6106](http://revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../6106) > Acessado em 20 de julho de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras livres: Editora UNB, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 174º da Independência e 107º da República. 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no Diário da União – DOU. 2004.

BRAZ. Marcelo Moraes do Reis. **Notas Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social**. 1999? Disponível em < <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>> acessado em 18 de Maio de 2016.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulamentação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 87, set. p. 123-13, 2000.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Sobre a profissão de assistente social**. 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/documentoCFESS-PisoSalarial.pdf>. Acessado em 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Meia Formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. 2013. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf). Acessado em 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/da assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. Ed. rer. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.



\_\_\_\_\_. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). -- Brasília, CFP/CEFESS, 2007. 52 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado Capitalista**. 8ª ed. rev. São Paulo: Cortez. 2000.

\_\_\_\_\_. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 84, 2005.

GARCIA, Jefferson. Lições de José Paulo Netto sobre o método em Marx. In: **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**, n] 28 – maio-outubro. 2013. Disponível em < [www.periodicos.uem.br](http://www.periodicos.uem.br) > Capa > n. 28 (2013) > Garcia > Acessado em 22 de Dezembro de 2014.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. In: **Revista Revista Katálysis**, vol. 8, num. 2, Julio-diciembre, Uiversidade Federal de Santa Catarina, Brasil. 2005, p. 147-154.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. 2004. Disponível em <<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/04.pdf>> acessado em 22 de Maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Miracema do Tocantins**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=171320>. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou Vulnerabilidade Social? Social vulnerability or risk?** Submetido em: setembro/2012. Aprovado em: dezembro/2012. Disponível em <file:///C:/Users/Gis%C3%A9li%20Ferreira/Downloads/12173-48632-1-PB%20(1).pdf> acessado em 02 de Junho de 2016.

MACEDO, Gildeth Evangelista de; BARBOSA, Edileusa Gomes. **Guia Informativo da Assistência Social para Gestores Municipais** – 1ª edição: SETAS, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto Comunista (1848)**. Edição Ridendo Catigal Mores. Versão para e Books Brasil.com Fonte digital RocketEdition de 1999. 1848. Disponível em: WWW.janhr.org. Acessado em 13 de Junho de 2016.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. – 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. Campinas – SP: Boitempo, 2002. 1002 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

\_\_\_\_\_. MSC. Et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2007.108p.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social: um estudo comparado entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, A. M. **Territorialidades Camponesas na educação dos assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins – TO**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia – UFU-IG: Programa de Pós-graduação em Geografia. Uberlândia, 2013. 253 p.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAULO NETTO, José. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. Redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>> acessado em 28 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx/** José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 64p.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social, Direitos e competências profissionais**. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. ABEPSS/CEFSS: 2009.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Social**, nº 84, Novembro de 2005, p. 05-18.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. In: \_\_\_\_\_; BRAVO, Maria Inês. In: **Política Social e Democracia**- 4 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008b. p. 217-233.

\_\_\_\_\_. Sobre a política de Assistência no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira (Ogs). **Política Social e democracia** - 2. ed. – São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <[blogs.al.ce.gov.br/.../08-Sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-Brasil](http://blogs.al.ce.gov.br/.../08-Sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-Brasil)> Acessado em 15 de julho de 2014.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Demandas e Respostas**. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em <[http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana\\_9788579830389-04.pdf](http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana_9788579830389-04.pdf)> acessado em 01 de Maio de 2016.

REVISTA EXAME. **Tocantins**. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/estados/to/>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

RODRIGUES NETTO, Miguel; SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Desemprego, precarização e informalidade: perspectiva do neoliberalismo no mundo pós-crise? In: **Textos e Contextos**. Porto Alegre. V. 13, nº 1, 2013, p. 102-112. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiJwLjYidvNAhUEQ5AKHbszDTQQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Ffass%2Farticle%2Fdownload%2F15231%2F11757&usg=AFQjCNHGX1XcOppX1v537k03Vlb87gvyjw&sig2=-wcAqs1QYliyZIGQ8YJwPw&bvm=bv.126130881,d.Y2l>. Acessado em 20 de junho de 2016.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. (Coordenadora). 4 ed. São Pulo: Cortez, 2011.

SILVA, Vanessa Isoppo da; ARAUJO, Vera Nícia Fortkamp de. **A efetivação da política de assistência social com ações da proteção social básica do sistema único de assistência social SUAS na atenção a pessoa**. 2011?. Disponível em < [http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.232731001296753559\\_protecao\\_social\\_baica\\_na\\_assistencia\\_social.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.232731001296753559_protecao_social_baica_na_assistencia_social.pdf) > acessado em 11/01/2015.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **Reestruturação Produtiva: um ataque ao trabalho**. Disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/REESTRUTURACAO\\_PRODUTIVA\\_UM\\_ATAQUE\\_AO\\_TRABALHO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_UM_ATAQUE_AO_TRABALHO.pdf).. Acessado em 01 de Julho de 2016.

SPOSATI, Adaíza. Contribuições para a construção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 78- ANO XXIV- julho de 2004, editora Cortez. p. 171-187.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social/ Maria Carmelita Yazbek**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF, CEAD, 2009b. Disponível em <

[www.prof.joaodantas.nom.br/.../1\\_-\\_O\\_significado\\_socio-\\_historico\\_da...](http://www.prof.joaodantas.nom.br/.../1_-_O_significado_socio-_historico_da...) > Acessado em 10 julho de 2014.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Pesquisa: Serviço Social e Política de Assistência Social: Conhecer como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa na atuação profissional do assistente social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social do estado do Tocantins no primeiro semestre de 2016.

Autora: Giséli Ferreira Alves

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Msc. Débora de Paula Bolzan

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

#### Perfil geral: dados pessoais

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ Naturalidade:

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

Pertença étnico-racial (autodeclaração): \_\_\_\_\_

Situação Conjugal: \_\_\_\_\_

Endereço:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

#### Condições de trabalho:

Cargo:

Tipo de vínculos empregatícios (contrato):

Possuí mais vínculos?

Natureza da instituição em que atua:

Carga horária semanal de trabalho?

### **Aceitação (reconhecimento)**

- Por que escolheu essa profissão?
- Como você define a profissão?
- Você se identifica com a profissão?
- Qual a importância do trabalho na sua vida? (o trabalho na constituição da identidade).
- Como você se sente nessa profissão? (há satisfação profissional).
- Você considera que seu trabalho é valorizado socialmente e financeiramente?
- Se pudesse escolher outra profissão, mudaria?

### **A materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria**

- Você se identifica trabalhando na política de assistência social?
- Quais os maiores desafios enfrentados por você como atuante na política de assistência social?
- Você tem participado de seminários, eventos ou palestras que abordam temáticas da profissão?
- Você já produziu algum trabalho científico, artigo ou alguma pesquisa depois que está atuando na secretaria?
- Você faz leituras relacionadas ao Serviço Social buscando se atualizar para os desafios na sua atuação?
- Você acha que é importante o profissional participar de eventos, palestras ou seminários que abordam temáticas do Serviço Social?
- No tempo da sua graduação participou de algum movimento estudantil?
- Atualmente participa de algum conselho, partido político ou movimento social?
- Você conhece alguma entidade representativa da profissão?
- Você considera o Código de Ética um fator importante na sua atuação?
- Você conhece alguma Lei em que a profissão se baseia?
- Você considera importante a profissão ter Leis que a embasa?
- De que forma você compreende o Projeto Ético Político da Profissão na sua atuação?



- A “conquista” das 30 horas semanais. Como você a vê?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- Este documento visa solicitar a participação voluntária na pesquisa que tem por título: *“Serviço Social e Política de Assistência Social: Como o Projeto Ético Político do Serviço Social se materializa na atuação profissional do assistente social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social do Estado do Tocantins no primeiro semestre de 2016”*, com o objetivo de verificar como a atuação profissional do assistente social na SETAS se caracteriza em relação as três dimensões que compõem o projeto Ético Político do Serviço Social; Compreender como os aspectos éticos políticos do Projeto são percebidos pelos profissionais da SETAS e conhecer qual a importância atribuída ao Projeto Ético Político da Profissão na secretaria.

Esta pesquisa será desenvolvida pela acadêmica Giséli Ferreira Alves sob orientação acadêmica da Prof<sup>a</sup>. Msc. Débora de Paula Bolzan, como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. A pesquisadora compromete-se a explicitar adequadamente qualquer dúvida no momento da pesquisa ou posteriormente, por meio do contato: 6384283281; ou ainda via e-mail: gigi\_ferreira01@hotmail.com.

Será utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semi-estruturadas, tendo duração aproximada de 20 (vinte) minutos e será devidamente gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes das participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade e autonomia de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes,

sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo.

Após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a de todos os aspectos desta pesquisa, eu \_\_\_\_\_ concordo em participar desta pesquisa.

---

Giséli Ferreira Alves  
(Assinatura da Pesquisadora)

---

Assinatura do/a Participante e Data